PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE ALCOCHETE

Versão preliminar do relatório sujeita a alterações

ALCOCHETE2025
VISÃO E ESTRATÉGIA

Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores

Março de 2015

Título
PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO
DO CONCELHO DE ALCOCHETE

ALCOCHETE2025
VISÃO E ESTRATÉGIA

9 de Março de 2015

Câmara Municipal de Alcochete

Alcochete
CÂMARA MUNICIPAL

Trabalho desenvolvido com a consultoria e assistência técnica
da Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados

Augusto Mateus & Associados
Sociedade de Consultores, Lda

PME líder '13

Índice

1. Processo de elaboração do Plano Estratégico 7

1.1. Princípios enquadradores da Visão 2025 7

1.2. Metodologia de referência 8

1.3. Processo de participação e auscultação de atores 11

2. O posicionamento de Alcochete no contexto da Área Metropolitana de Lisboa 15

3. A Visão Alcochete 2025 19

4. Eixo Estratégicos 23

5. Articulação com instrumentos de planeamento estratégico e de ordenamento do território 49

6. Plano de Ação 53

7. Diagnóstico prospetivo e integrado do concelho de Alcochete .. 61

7.1. Síntese Histórica de Alcochete 61

7.2. Dinâmica demográfica, económica, cultural, ambiental e urbanística do concelho de Alcochete 63

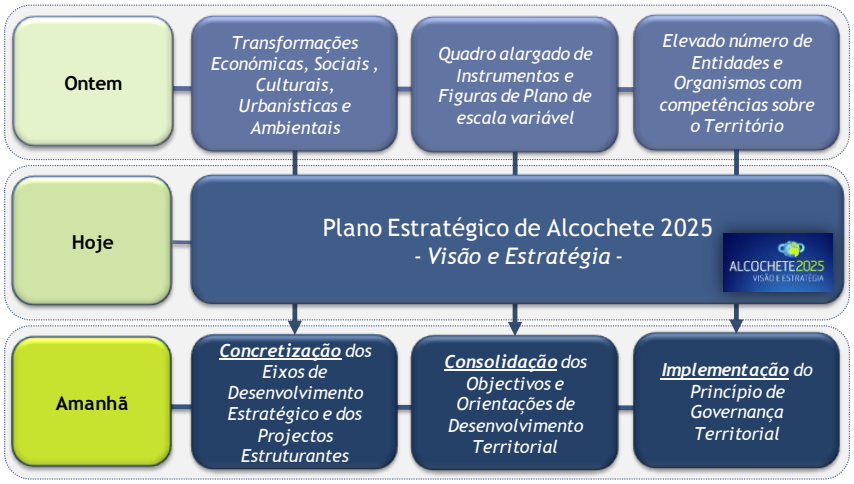
O processo de planeamento estratégico

1. Processo de elaboração do Plano Estratégico

1.1.Princípios enquadradores da Visão 2025

As transformações económicas, sociais, culturais, urbanísticas e ambientais a que os territórios, hoje, se encontram sujeitos, conferem à disciplina de planeamento estratégico **um papel marcante e fundamental**, nomeadamente face à necessidade de definir grandes opções de desenvolvimento territorial, sectorial e temporal que se afigurem realistas, sustentáveis e com potencial de aplicabilidade.

Figura 1 - Plano Estratégico de Alcochete



Com efeito, ao longo dos últimos anos, foi-se desenvolvendo um quadro bastante lato de figuras de plano de escala variável (direcionados para cidades, concelhos e regiões) e de âmbito diverso (estratégico, sectorial e normativo), desde os Planos Estratégicos, aos Planos Diretores Municipais (PDM), passando pelos Programas Operacionais (PO) e ainda por instrumentos de escala local (Agendas Locais 21, Regenerações Urbanas, etc.).

Este conjunto de instrumentos definiu **diretrizes e trajetórias de crescimento e orientações de carácter estratégico que tiveram implicações no desenvolvimento de cada território**. Houve uma aposta que produziu efeitos de escala no desenvolvimento estratégico de determinados sectores da economia e em áreas específicas do território.

Assim sendo, e face ao momento particular onde parte desses instrumentos se encontram a ser revistos e/ou reformulados, é **necessário ponderar e refletir sobre os efeitos diretos e indiretos que os mesmos surtiram no território** e perceber a sua eficácia e implicações no âmbito das dinâmicas regionais e urbanas.

Assim, **pretende-se que o Plano Estratégico para Alcochete se constitua como o elemento aglutinador dos vários instrumentos e políticas de base territorial**. É importante clarificar, ponderar e definir um caminho sólido e articulado entre este quadro alargado de lógicas (da escala local para a regional e vice-versa e entre os diferentes atores).

Neste sentido, a lógica da governança territorial assume-se como um desafio e como uma necessidade inerente à resolução das dificuldades decorrentes da Administração em fazer face à fragmentação e à complexidade que a economia e a sociedade assumiram. Neste contexto, uma "boa governança" deve assumir questões como: cooperar e criar mais e melhor, orientar a gestão de conflitos e orientar os atores para lideranças objetivas e justas e valorizar o "ser diferente".

A governança territorial representa a capacidade dos atores públicos e privados estabelecerem uma base de envolvimento que possa resultar

na assunção de um consenso organizacional de modo a definir objetivos e tarefas comuns, ou seja, a acordar o contributo de cada parceiro para alcançar os objetivos definidos previamente.

Em suma, o território deve ser entendido, hoje, como um **mosaico complexo, no qual coexistem uma multiplicidade de relações, atividades e valores e onde se cruzam e consolidam lógicas de desenvolvimento territorial distintas**.

1.2.Metodologia de referência

O processo metodológico de desenvolvimento do Plano Estratégico de Alcochete 2025 foi desencadeado em função de um quadro de operações que se articulam, no essencial, em função de três fases principais, não necessariamente sequenciais, a saber: 1) Caracterização e Diagnóstico; 2) Desenho da Visão e Estratégia e 3) Construção do Plano de Acão.

Passamos a expor, de forma global, os princípios de formulação de cada uma destas etapas:

1. Na fase de **Caracterização e Diagnóstico** procedeu-se ao estudo das dinâmicas espaciais do território de Alcochete, bem como do território envolvente (escala metropolitana e sub-regional), no sentido de aferir o posicionamento competitivo do concelho face ao respetivo território de polarização. Nesta fase, foi analisado um conjunto alargado de indicadores de âmbito quantitativo, resultando num "retrato" integrado e transversal das principais dinâmicas concelhias. Com base neste diagnóstico foram definidos os pontos fortes, fracos, as oportunidades e as ameaças patentes na dinâmica territorial do concelho e do respetivo sistema urbano.

2. Na fase de **Desenho da Visão Estratégica** a equipa técnica defrontou-se com a necessidade de projetar o futuro do concelho, definindo, no fundo, a grande visão para o futuro do território, ou seja, a ambição que se pretende incutir na dinâmica social, económica, cultural, urbanística e ambiental de Alcochete. Neste sentido, foram desenhados e debatidos vários cenários de desenvolvimento, ou seja, hipóteses alternativas de crescimento espacial potencial que permitiram aferir os caminhos e desafios com que Alcochete se poderá confrontar no futuro próximo.

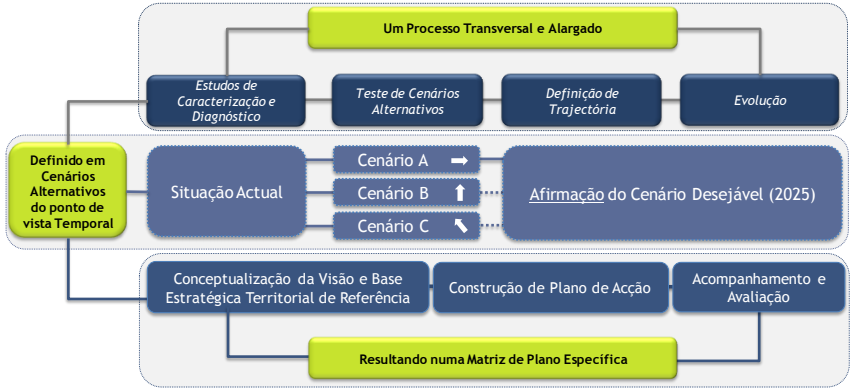
   Ainda tendo por base a visão e os eixos estratégicos desenhados pela equipa técnica, procedeu-se **à realização de um conjunto de reuniões e entrevistas com os principais atores-chave do concelho**, com a estrutura técnica pertencente à Autarquia e com a respetiva Assembleia Municipal. De assinalar que uma das questões essenciais do processo de planeamento estratégico traduz-se na auscultação dos atores e agentes territoriais, sendo importante integrar na visão e eixos estratégicos a expectativa e a experiência dos vários atores neste processo, numa lógica de projeto coletivo.

   Paralelamente, e atendendo à situação particular de Alcochete, procedeu-se ainda à realização de um conjunto de reuniões com as várias equipas técnicas responsáveis pela elaboração e/ou revisão de outros instrumentos de base territorial.

3. Na terceira fase, o trabalho da equipa técnica incidiu na construção do **Plano de Ação**. Para o efeito, foi definido um quadro de projetos (que designamos de operações) que sustentam e alavancam a visão e os eixos estratégicos previamente estabelecidos, podendo estes ser de natureza material e/ou imaterial e que podem passar por

projetos ligados com a componente física (infraestruturas, equipamentos, espaços verdes, habitação, etc.) ou pela componente social e cultural (festivais, conferências internacionais, exposições e feiras, etc.).

Figura 2 – Esquematização conceptual e metodológica do Plano Estratégico de Alcochete



Adicionalmente, **existem dois momentos essenciais para o sucesso do plano, que se traduzem na fase de Implementação e na fase de Acompanhamento e Avaliação do mesmo**. A fase implementação consiste, no essencial, na concretização dos projetos identificados no Plano de Ação, de natureza material e imaterial. Esta é uma fase crítica de todo o processo, onde verdadeiramente se comprova o grau de compromisso dos vários atores envolvidos na prossecução dos objetivos traçados no documento estratégico. Já na fase de acompanhamento e avaliação são verificados os resultados e os impactos dos projetos e ações no desenvolvimento do território de Alcochete.

Em suma, o **planeamento estratégico consiste num processo dinâmico, interativo e participado que não é, de todo, estanque na realização da matriz base do plano** (documento base de referência). Com efeito, é necessário empenho e determinação na implementação dos vários projetos no sentido de todos os atores (públicos e privados) se encontrarem envolvidos e participarem de forma ativa e criativa na execução da visão e da estratégia.

O processo de conceção de uma estratégia de desenvolvimento territorial é realizado com base na formulação de três fases/etapas essenciais – Visão, Estratégia e Plano de Acão.

Imagem 1 – Processo de construção da Estratégia de Desenvolvimento

Fonte: AM&A

Estas constituem-se como fases que se articulam entre si de forma dinâmica e não de forma isolada e estática, numa lógica de processo ativo que vai adquirindo forma e dimensão crítica à medida que se transita de fase para fase.

Trata-se de um "caminho" que se desenvolve a partir de uma perspetiva alargada para um âmbito mais definido e estrito, isto é, das Grandes Opções do plano (no qual balançamos entre a Visão à Estratégia) ao Projeto concreto de carácter material e/ou imaterial (chegando ao Plano de Acão).

Do ponto de vista de relação, procura-se, em primeiro lugar, partindo das grandes ideias e opções de desenvolvimento de âmbito sectorial, definir as Tónicas de Suporte Estratégico sobre as quais recai a Visão, ou seja, a ambição prospetiva para o desenvolvimento integrado do concelho de Alcochete.

A Visão, neste caso, assume uma lógica variável e ampla atendendo ao facto de se encontrar intimamente relacionada com diferentes sectores, neste caso, desde dos recursos naturais, passando pelo turismo e pelo sistema produtivo local, ordenamento do território, entre outros domínios.

De seguida, e tendo como referência as Tónicas de Suporte procedeu-se à definição e formulação dos cinco Eixos Estratégicos, criados com reflexo num exercício que envolveu o estudo aprofundado de dinâmicas (sociais, económicas, culturais, urbanísticas e ambientais), a consulta de um conjunto de atores, ligados ao sector público e privado, e o recurso a trabalho de campo, tendo permitido definir o retracto integrado e completo de Alcochete.

O conjunto dos Eixos Estratégicos definidos, intimamente ligados às lógicas de desenvolvimento e de competitividade, possuem uma amplitude abrangente e alargada, aglutinando um conjunto de perspetivas de desenvolvimento em torno dos sectores que revelam maior potencial competitivo e de afirmação.

Por último, procedeu-se à definição do Plano de Acão, onde, para cada um dos Eixos Estratégicos, foi elencado um conjunto de projetos de referência que permitem afirmar, de forma faseada e programada, o espirito e ambição inerente a cada um dos Eixos.

De seguida apresenta-se a Visão e os Eixos Estratégicos de Desenvolvimento de Alcochete.

1.3.Processo de participação e auscultação de atores

Neste ponto serão descritos os principais momentos de participação e auscultação de atores anteriormente realizados e a realizar no contexto da formulação deste instrumento.

O posicionamento de Alcochete no contexto da AML

2. O posicionamento de Alcochete no contexto da Área Metropolitana de Lisboa

Este capítulo tem como objetivo aferir o enquadramento do concelho de Alcochete no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, tendo por base os grandes números em termos de dinâmica demográfica, económica e urbana.

A Visão Alcochete 2025

3. A Visão Alcochete 2025

O posicionamento de Alcochete no contexto do Área Metropolitana de Lisboa (AML), da cidade das duas margens e do Arco Ribeirinho Sul (ARS) impõe de forma imperativa o aprofundamento de uma visão estratégica coerente e realista que defina o rumo e o caminho do território a longo prazo (horizonte de 2025).

Neste âmbito, é essencial "olhar" e "pensar" o território a partir de diferentes escalas numa lógica de aferir as grandes dinâmicas e impactes de base social, económica, ambiental e urbanística a que o território se encontra sujeito, face à sua integração na área mais dinâmica e competitiva do Sistema Urbano Nacional bem como considerando o desenvolvimento de um quadro de projetos de escala nacional e regional que se encontram previstos para a Península de Setúbal.

A visão de Alcochete deverá assentar numa perspetiva alargada tanto em termos de escala territorial como de âmbito sectorial, tendo presente que o espectro/potencial estratégico de Alcochete é abrangente e alargado podendo-se, deste modo, facilmente formular diversos "caminhos" de base prospetiva e de evolução.

Com efeito, olhando o mosaico territorial verifica-se que estamos perante um sistema complexo e rico do ponto de vista natural e humano onde abundam diferentes recursos e oportunidades de desenvolvimento de âmbito estratégico, considerando os espaços naturais (agrícolas, montado de sobro, florestais e ribeirinhos) aos espaços artificializados (centros históricos, aglomerados urbanos recentes e áreas de cariz produtivo).

Partindo desta diversidade espacial desenvolve-se a Visão do concelho de Alcochete tendo por base a sua heterogeneidade natural e humana bem como o respetivo posicionamento em termos regionais.

A formulação da Visão de Alcochete é desenhada a partir de um conjunto de Tónicas Estratégicas de base social, económica, urbanística e ambiental que se estabelecem ao nível do sistema urbano interno (o concelho de Alcochete) e o sistema urbano externo (a Península de Setúbal e a Área Metropolitana de Lisboa), a saber:

Imagem 2 - Tónicas de suporte à Visão de Alcochete

Fonte: AM&A

.

Imagem 3 – Espirito e Filosofia de cada uma das tónicas da Visão 2025

Fonte: AM&A

Eixos estratégicos

4. Eixo Estratégicos

Os Eixos Estratégicos de Desenvolvimento foram definidos e formulados tendo por base o quadro de Tónicas de Suporte à Visão, enquanto vetores de desenvolvimento que se afirmam estrategicamente favoráveis para o fortalecimento do posicionamento hierárquico de Alcochete no sistema urbano alargado em que se integra.

Tendo presente a amplitude sectorial da Visão foram elegidos os Eixos Estratégicos que definem uma aposta mais intensa e expressiva em termos do reforço da competitividade interna e externa do concelho.

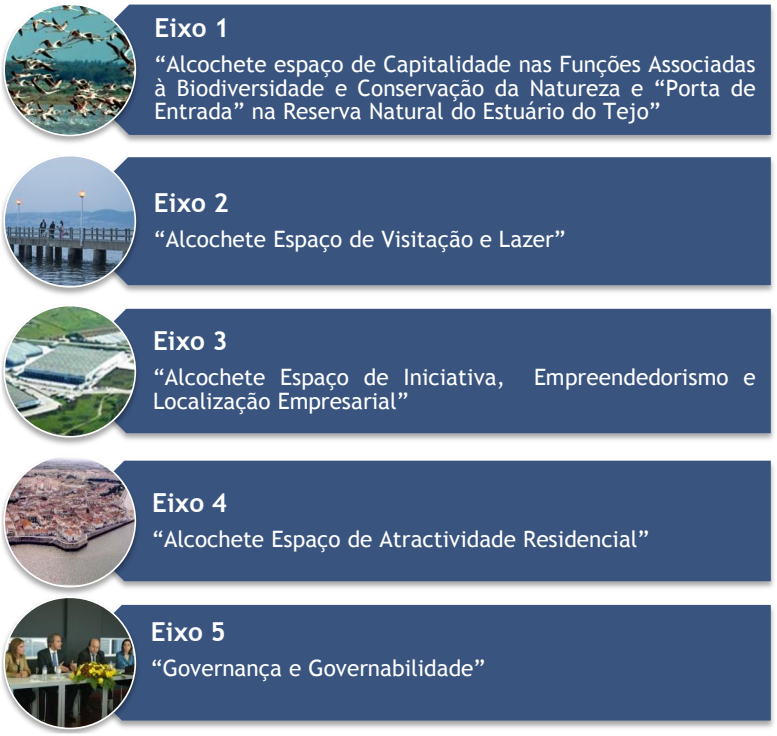
Com efeito, os cinco eixos estratégicos formulados possuem um espectro sectorial alargado, encontrando-se diretamente relacionados com a ótica da conservação da natureza, da visitação e do lazer, do empreendedorismo e da localização empresarial, dos espaços residenciais e, por último, da governação.

A escolha e eleição dos cinco eixos estratégicos revelou ser uma tarefa complexa de executar atendo às várias hipóteses de desenvolvimento estratégico a que este território se encontra sujeito, facto esse que diretamente traduz o espectro/potencial estratégico de Alcochete.

Cumulativamente, importa referir que a conceção dos eixos procura promover o "alargamento" e a "projeção" de Alcochete para o exterior, para o contexto do Arco Ribeirinho Sul, em particular, e da Área Metropolitana de Lisboa (AML), em termos globais, numa perspetiva de dotação de funções de capitalidade que conduza a que Alcochete ganhe peso hierárquico do ponto de vista funcional no quadro das dinâmicas institucionais da AML.

Apesar do enfoque estratégico e mais específico em torno dos cinco eixos definidos dever-se-á referir que deverão existir apostas estratégicas noutros domínios e/ou sectores, numa perspetiva de complementaridade que necessariamente deverá existir. A definição dos cinco eixos estratégicos não possui um efeito "estanque" e apenas direcionado para os sectores apresentados, devendo existir investimentos e apostas noutros domínios, numa lógica de complementaridade e de apoio.

Imagem 4 - Eixos Estratégicos de Desenvolvimento



Fonte: AM&A

De seguida, procedemos à apresentação de cada um dos eixos estratégicos.

Eixo 1 Alcochete espaço de capitalidade nas funções associadas à biodiversidade, conservação da natureza e "porta de entrada" da Reserva Natural do Estuário do Tejo

As características ambientais, geográficas e culturais conferem ao concelho de Alcochete uma singularidade marcante, no contexto da AML. **O seu posicionamento geográfico privilegiado como concelho "às portas da cidade capital", por um lado, e concelho "porta de entrada" da Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET), por outro,** constituem fatores diferenciadores de um concelho onde a biodiversidade, numa perspetiva lata, assumirá necessariamente um papel chave na definição das políticas e estratégias a delinear para o território.

Alcochete deverá ser capaz de preservar a sustentabilidade dos seus recursos naturais endógenos, **assentando o desenvolvimento das suas funções territoriais numa perspetiva de afetação do solo às características biofísicas que lhe são intrínsecas e a uma ocupação do edificado em baixa densidade**, que lhe possibilite evitar fenómenos de pressão urbanística nas áreas envolventes e de transição aos valores naturais, agrícolas e rurais que representam cerca de 90% do território.

O facto de Alcochete se posicionar na primeira coroa urbana da AML ao qual acresce a "relação" com a ponte Vasco da Gama, são fatores a ter em consideração, porquanto constitui um desafio e simultaneamente uma ameaça, se não forem acauteladas medidas de proteção e salvaguarda no que se reporta ao património natural e rural.

Valores naturais de excelência

Os valores naturais existentes no concelho constituem o seu maior *ex-líbris*, e a RNET o expoente máximo, **sendo que a sua importância em termos paisagísticos, ambientais e na função de regulação ecológica, que desempenha relativamente aos valores agrícolas, extravasa os limites geográficos do mesmo**, atendendo a que a zona húmida estuarina, se constitui como a mais extensa do país, com cerca de 32.500 hectares, e uma das mais importantes da Europa, albergando uma biodiversidade de relevância internacional, bem patente nas classificações, convenções e disposições ambientais regulamentares de proteção, como sejam: Reserva Natural do Estuário do Tejo – RNET (Decreto-Lei nº 5675/78, de 19 de Julho); ZPE – Zona de Proteção Especial (ZPE Tejo, PTZPE0010); Sítio de Importância Comunitária (SIC Tejo, PTCON009) da Rede Natura 2000; Sítio RAMSAR ao abrigo da Convenção com o mesmo nome; Biótopo Corine e Zona Importante para as Aves *(Important Bird Area-IBA PT021*).

No concelho co-existem espaços bastante diferenciados em termos de paisagem, ecossistemas e biodiversidade, sendo disso exemplo: os mouchões, os esteiros, o sapal, as lagunas, as lezírias e as salinas. A salicultura constituiu-se em tempos como uma atividade económica com grande relevância para o concelho, sendo que, com a sua decadência, a reutilização desses espaços afigura-se como fundamental para a manutenção e projeção da identidade cultural das suas gentes, através de novos projetos valorizadores desta vertente, como sejam, percursos pedonais, *birdwatching*, e/ou reconversão para outros usos, como por

exemplo, a utilização como habitats para o cultivo do arroz, ou para a reprodução de espécies animais que aí nidificam.

Reserva Natural

Fonte: CM Alcochete

Salinas

Fonte: CM Alcochete

Estas zonas húmidas correspondem a sistemas de elevado valor ambiental e possuem funções fundamentais na manutenção dos ecossistemas estuarinos. Um bom exemplo desta tipologia ambiental é o local designado por Sítio das Hortas, que alberga o projeto designado por Pólo Ambiental do Sítio das Hortas/Pinhal das Areias, projeto que se caracteriza pela existência de um conjunto de equipamentos que procuram elencar uma estratégia de informação e educação ambiental e de proteção da biodiversidade. Atualmente, encontra-se em curso uma estratégia de reordenamento deste sítio, que visa a sua ampliação e a introdução de mais elementos vocacionados para o desenvolvimento de competências educacionais.

Paralelamente, encontra-se igualmente delineado um programa de animação, de natureza pedagógica, lúdica e desportiva, que permite aos visitantes o contacto direto com a natureza e potencia a prática do Ecoturismo, a ter lugar na própria RNET.

Estes projetos enquadram-se na "Operação Integrada de Regeneração da Frente Ribeirinha", que foi desenhada numa perspetiva integradora e de desenvolvimento sustentado de todo o espaço público urbano, e que se estenderá do Sítio das Hortas ao cais palafítico do Samouco.

Esta operação, visa ainda introduzir no território projetos específicos que possuam um âmbito ambiental bastante vincado. Estes projetos envolvem temáticas relacionadas com a mobilidade sustentável, ou eco-mobilidade como é o caso do projeto PEDAL, ou a eco-eficiência energética do espaço público, a que se associa uma lógica didática de aprendizagem coletiva. A utilização de estruturas já existentes, como por exemplo, a Agência de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete (S.Energia), com o intuito de operacionalização deste e de outros Projetos, potencia a obtenção de mais-valias decorrentes do seu *know-How*, que devem ser canalizadas, de forma a alcançar soluções eco-eficientes e integradas.

O conjunto destes e de outros projetos de natureza transversal que se encontram projetados para o território, pretendem projetá-lo como o grande espaço de recreio e lazer da AML, ou seja, um grande parque ecológico e recreativo de escala regional. Nesta perspetiva, é fundamental assegurar que todas as atividades económicas associadas à exploração sustentada dos valores ecológicos sejam levadas a cabo, tendo em atenção o equilíbrio destes valores com a paisagem agrícola-rural e com os adequados parâmetros de ocupação urbana.

A manutenção, preservação e valorização do espaço nascente agro-florestal e o desenvolvimento do sector primário ao nível do montado, da agricultura biológica, do segmento da segurança alimentar, da floricultura, da região demarcada vitivinícola e da fileira equestre, entre

outros, são elementos de grande importância para o concelho e para a região, para os quais deve ser definida uma estratégia integrada e transversal assente em metodologias pró-activas e iniciativas de participação pública e/ou privada.

Alcochete, território de localização privilegiada no seio da Reserva Natural do Estuário do Tejo, equipamento natural metropolitano de excelência, **representativo de um elevado valor ecológico e qualidade paisagística e ambiental, deverá assumir uma estratégia dinâmica na ótica da valorização do recurso - RNET, em detrimento de uma ótica meramente protecionista**, **com potencial para a implementação de atividades económicas portadoras de valor**, nomeadamente as relacionadas com o desenvolvimento do turismo natureza e de lazer.

Caixa 1 – Estocolmo – Capital Verde da Europa 2010

Estocolmo, cidade conhecida como a "Veneza do Norte" foi a grande vencedora do prémio de Capital Verde da Europa 2010, prémio disputado com mais 35 cidades europeias. As políticas públicas ambientais levadas a cabo na cidade de Estocolmo têm por base uma visão holística, que combina crescimento com desenvolvimento sustentável, de forma a beneficiar cerca de 800 mil cidadãos.

Relativamente à temática ambiente, têm sido tomadas medidas claras e efetivas, das quais se destacam as ações relativamente à poluição sonora, a introdução de um plano para os recursos hídricos, assente em novos *standards* de inovação para esta área e o desenvolvimento de um plano integrado para a gestão dos resíduos sólidos. Atualmente, as emissões de gases decorrentes dos transportes são relativamente baixas, e todos os comboios e autocarros funcionam com combustíveis suportados em fontes renováveis.

Paralelamente, a capital sueca possui 760 quilómetros de ciclovias, sendo que, as estimativas apontam para que 150 mil pessoas utilizam, todos os dias, este meio de transporte – pelo menos entre Abril e Setembro, nos meses clicáveis.

Entre as medidas de suporte à qualidade de vida destacam-se:

- redução do congestionamento do tráfego com a introdução de uma taxa ou o corte das emissões de gases com efeito de estufa em 25%, com a ambição de no ano 2050 não utilizar combustíveis fósseis;
- diminuição do tráfego em 18%, pela aplicação da taxa anti-congestionamento;
- adoção de um sistema integrado de gestão de resíduos e águas residuais, que lhes permite não colocar resíduos em aterro e aquecer as casas de modo eficiente;
- criação de novos espaços verdes o que leva a que 95% dos residentes tenham uma dessas áreas a menos de 300 metros de casa.

EUROPEAN GREEN CAPITAL

Neste contexto, o município de Alcochete tem em vista o estabelecimento de uma parceria com o ICNB/RNET, que tem em Alcochete a sua sede. A operação a levar a cabo, prevê a "modernização e diversificação da oferta didática do Centro de Interpretação da RNET, sendo considerada estratégica para a valorização e promoção do Estuário do Tejo, uma vez que poderá criar sinergias que vão para além do seu objetivo mais direto e induzir à captação de funções, por parte do município, no domínio da conservação e valorização dos valores naturais de exceção, numa perspetiva de escala metropolitana.

Biodiversidade urbana – motor de desenvolvimento

É, aliás, numa perspetiva de escala metropolitana e de governança territorial que o município pretende desenvolver o conceito dinâmico da conservação da natureza e da biodiversidade. Este conceito assente no Regime Jurídico da Conservação da Natureza (DL nº 142/2008, de 24 de Julho) e na Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87, de 7 de Abril), entende a "*Biodiversidade na sua relação com as alterações climáticas, no combate à desertificação e à erradicação da pobreza, no seu papel transversal ao desenvolvimento sustentável, na necessidade de alargar o reconhecimento público da biodiversidade, integrando-a no sistema económico e empresarial e, no reconhecimento de cada cidadão, como direta e simultaneamente beneficiário e implicado na gestão da biodiversidade*".

Neste âmbito, encontra-se em desenvolvimento um projeto de âmbito estratégico designado por Parque da Biodiversidade de Alcochete que incluirá Rio Frio, a Barroca D'Alva, o Sítio das Hortas, o Sítio de Pancas, em articulação com a RNET-ICNB. O projeto consistirá numa abordagem dinâmica que procurará garantir um correto ordenamento do território, envolvendo as populações e as economias locais, os parceiros privados e promover a investigação científica aplicada, (estando prevista a instalação de um centro de investigação e formação avançada), em domínios como a biotecnologia, a biomedicina, a biodiversidade estuarina, entre outros, numa perspeciva de motor de desenvolvimento local e regional, alavancado num quadro de parcerias público-privadas; municípios, investidores privados, organizações não governamentais, fundações, reconhecidas a nível nacional e internacional.

O projeto é um elemento precursor da aposta no desenvolvimento de uma estratégia de biodiversidade urbana, **cuja filosofia se suporta na inclusão de diretrizes que visam reduzir a perda de biodiversidade, não apenas numa perspetiva meramente biológica, mas atendendo às componentes habitat urbano, aglomerados populacionais, movimentação de espécies, corredores ecológicos, terrenos baldios, florestas, entre outros, e às conexões e integração que esses espaços funcionais estabelecem entre si**. Através desta ação será possível garantir o funcionamento do sistema natural estruturante e a salvaguarda da estrutura ecológica e do sistema hídrico (zonas de recarga de aquífero, linhas de água, valas e margens).

O sistema natural estruturante do concelho constitui-se como um vetor ecológico fundamental para a conceção de uma estratégia de ordenamento da rede ecológica municipal, possibilitando a inclusão de valores naturais, urbanos, agrícolas, recreativos e turísticos numa ótica de desenvolvimento territorial integrado e numa perspetiva mais lata, no contexto metropolitano, afirmando-se como elemento integrador da Rede Ecológica Metropolitana, **uma vez que integra os corredores estruturantes primários e secundários definidos no Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) da AML**.

A inserção desta visão dinâmica e integradora dos valores ecológicos na estratégia de desenvolvimento concelhio, carece necessariamente da inclusão das suas diretrizes nos instrumentos de planeamento territorial, devendo constituir este facto, uma prioridade para o município de Alcochete, uma vez que a aposta na identificação e desenvolvimento de novos usos e funções que possam alavancar uma estratégia pró-ativa e assegure o equilíbrio dinâmico e a complementaridade com os restantes

recursos endógenos existentes só poderá ser exequível num contexto de gestão territorial integrada e eficaz.

Paralelamente, a inclusão e desenvolvimento de uma estratégia de comunicação e de marketing territorial que possibilite a projeção da marca Alcochete deve constituir também uma prioridade para o município, como forma de potenciar e dinamizar os seus pontos fortes e promover para o exterior a sua imagem singular, assente na valorização e usufruto dos valores naturais e culturais numa perspetiva metropolitana, e reforçando a manutenção do ambiente natural-rural.

Caixa 2 – Barcelona – projeto de ação local pela biodiversidade

A Agenda 21 de Barcelona, instrumento vigente de 2002 a 2012, tem como objetivo desenvolver um conjunto de ações no sentido de promover o desenvolvimento sustentável da cidade e da respetiva metrópole.

Dando cumprimento às políticas ambientais inovadoras que têm vindo a desenvolver, assim como às orientações emanadas da sua Agenda 21, a cidade de Barcelona assumiu a implementação de novos projetos pela biodiversidade, ao abrigo da iniciativa Ação Local pela Biodiversidade promovida pela rede de Governos Locais pela Sustentabilidade, dos quais se destaca, pela sua relevância à escala da cidade, o projeto Corredor Verde Urbano Ciutadella – Collserola.

Este projeto procura, no essencial, promover a conexão de espaços naturais, que se encontravam isolados, através de uma rede de corredores ecológicos definidos através de uma cobertura contínua de vegetação, de modo a favorecer a circulação da fauna e da flora nesses espaços.

Este corredor foi traçado usando os parques já existentes, jardins e árvores das ruas. As avenidas mais largas foram transformadas em ruas mais estreitas, de forma a possibilitar a inclusão de jardins e árvores e a diminuir a circulação de veículos privados.

Entre as principais funções que importa destacar dos corredores verdes encontram-se a lógica associada à manutenção da presença dos espaços verdes urbanos que promovam ligações aos grandes parques e jardins da cidade. Os principais objetivos da rede de corredores verdes são:

- Incrementar a biodiversidade da cidade;
- Facilitar a acessibilidade das pessoas no espaço público;
- Potenciar a redes de mobilidade alternativa;
- Aumentar a permeabilidade
- Mitigar a ilha de calor urbano

Os grandes eixos que compõem a rede de corredores verdes urbanos são três (no sentido montanha-mar): *Collserola – Montjuic*; *Collserola – Ciutadella*; *Collserola – Fòrum*. Entre os três corredores existe ainda um anel que promove a respetiva interligação transversal.

Eixo 2 Alcochete espaço de visitação e lazer

Alcochete detém um papel único no quadro dos concelhos que pertencem à Área Metropolitana de Lisboa (AML), isto é, permanece como um território singular, à margem do processo de desordenamento, homogeneização e descaracterização de que a AML sofreu, alavancado pela sua identidade própria.

A imagem que se encontra associada a Alcochete é a de um **território de elevado valor ambiental e paisagístico, fortemente marcada pela sua relação ao rio Tejo e à singularidade do seu centro histórico**. A par desta ligação à Lezíria do Tejo, Alcochete mantém ainda uma forte ligação ao Ribatejo, com a sua marcada **tradição tauromáquica, que é um símbolo do ponto de vista de identidade e com projeção à escala nacional**. A tauromaquia é a arte que melhor reflete a identidade Alcochetana! Os cavaleiros, os campinos e os forcados continuam na memória coletiva deste povo que se revê na bravura do Grupo de Forcados Amadores do Aposento do Barrete Verde e do Grupo de Forcados Amadores de Alcochete.

A "*afficcion*" destas gentes traduz-se na forma como exaltam a verdadeira essência da Festa Brava, bem como as figuras que personificam a identidade tauromáquica. A paixão e cultura tauromáquica são transmitidas a todos os que visitam Alcochete em momentos festivos como as Festas do Barrete Verde e das Salinas (Caixa 3), nas Festas Populares do Samouco e nas Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco.

Caixa 3 – As Festas do Barrete Verde e das Salinas

Com mais de 60 anos de história, as Festas do Barrete Verde e das Salinas representam o que de mais genuíno e verdadeiro os Alcochetanos têm para oferecer. O segundo fim-de-semana de Agosto marca o início de umas festas reconhecidas nacionalmente pelo seu carisma e tradição tauromáquica.

Um dos aspetos mais importantes e característicos destas festas reside no gosto da população local pela festa brava, pelas largadas de toiros nas ruas e pelas corridas de toiros na emblemática Praça de Toiros de Alcochete, que constituem uma afirmação da sua identidade cultural.

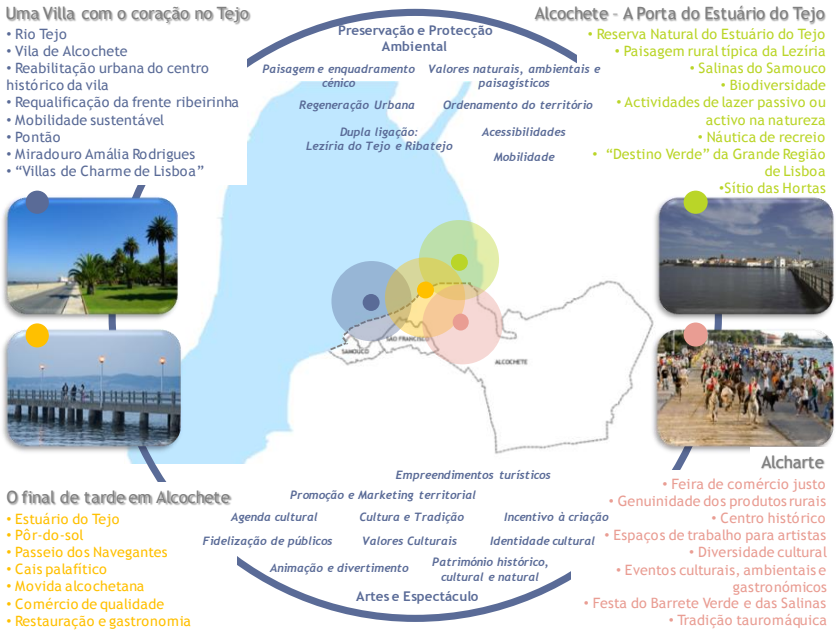
As festividades preservam na sua génese um culto religioso, também muito vincado nas gentes de Alcochete, e uma grande paixão pela tauromaquia, consolidada na homenagem a três figuras ímpares da tradição local: o Campino, o Forcado e o Salineiro.

Um dos momentos altos é a Noite da Sardinha Assada, durante a qual seguem alegremente atrás da Charanga milhares de pessoas que enchem de vida as ruas da Vila de Alcochete. A procissão por Terra e por Mar é uma das mais intensas manifestações religiosas do concelho, reflexo da fé de um povo que teve, no passado, no rio o seu modo de sustento. Por esta ocasião, a embarcação Alcatejo é enfeitada a rigor e protagoniza este momento alto das festividades – a Procissão por Mar e Terra em Honra de Nossa Senhora da Vida.

As tradicionais largadas de toiros são outra componente da festa, a par com as corridas de toiros, os espetáculos musicais, as exposições e atividades desportivas que integram o programa.

A capacidade de Alcochete se constituir como um pólo de lazer e visitação para os residentes da AML, em particular do Arco Ribeirinho Sul, depende da capacidade deste território em se afirmar como um espaço singular e (re)conhecido como uma alternativa à saturação do consumo massificado, nomeadamente pela fruição de um território diferenciado, com um património natural e paisagístico único, com um ambiente seguro e tranquilo e onde a qualidade da sua restauração e gastronomia são já uma das imagens de marca da vila de Alcochete.

Figura 3 - Principais recursos turísticos de Alcochete



Nos últimos anos tem-se assistido a uma crescente procura de produtos naturais, de atividades de lazer em espaço rural e de uma valorização da tradição e genuinidade. Alcochete reúne todas estas características, estando em condições de dar resposta a este *target* de visitantes, optando também por dotar o território de uma oferta hoteleira qualificada - um fator crítico de sucesso na dinamização económica e social do concelho. Neste sentido, além da aposta na qualificação dos estabelecimentos hoteleiros existentes e na excelência do serviço prestado, existem "em carteira" um conjunto de projetos de natureza turística de gama média-alta (o empreendimento turístico Barroca D'Alva, o Resort Praia dos Moinhos e o núcleo turístico de Rio Frio) que terão que ser perfeitamente integrados na envolvente paisagística, uma vez que os recursos naturais do concelho se constituem como uma das suas principais bandeiras de desenvolvimento.

Alcochete – A Porta do Estuário do Tejo

A proximidade da Vila de Alcochete com a Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET) constitui, por si só, um atrativo para os que gostam de desfrutar de momentos de proximidade com a Natureza, bem como a belíssima paisagem rural típica da Lezíria do Tejo e o cenário ímpar produzido pelo singular alinhamento das salinas, cada vez mais reconhecidas pela sua importância ecológica, visto serem um local privilegiado de nidificação, abrigo e refúgio para muitas aves aquáticas, nomeadamente por uma população de elegantes flamingos.

A presença destes valores naturais, ambientais e paisagísticos de excelência incutem sobre Alcochete um potencial inequívoco que tem tido um deficiente aproveitamento. **Estes elevados níveis de biodiversidade e os vastos recursos paisagísticos e ambientais, bem explorados, permitem a atração de novos fluxos de visitação**, por exemplo, para a prática de atividades de lazer passivo, como o *birdwatching*, ou ativo na natureza.

As Salinas do Samouco constituem ainda um exemplo vivo daquela que foi, durante muito tempo, a principal atividade económica de Alcochete – a salicultura. As Salinas do Brito são, atualmente, as únicas que se encontram em atividade contínua, não deixando cair em esquecimento uma das atividades que em muito contribuiu para a formação da identidade cultural dos alcochetanos; mas este é outro recurso de excelência do concelho que se encontra subvalorizado. **Não chega só conservar a memória e manter viva a tradição, é necessário criar um "novo ciclo de vida" para as salinas, atribuindo-lhe novos usos** que irão ser equacionados na intervenção prevista para as Salinas do Brito, a cargo da Fundação João Gonçalves Júnior.

A relação de Alcochete com o rio Tejo não tem sido bem explorada. Apesar de ter um dos melhores miradouros do rio Tejo, terão que se criar as infraestruturas de suporte necessárias para aproveitar as excelentes condições naturais e ambientais do rio para o desenvolvimento de atividades como passeios de barco, com o serviço de refeições a bordo, por exemplo; para a observação da natureza e dos golfinhos e para a prática de atividades organizadas ao ar livre.

O território de Alcochete possui um conjunto de potencialidades ligadas ao desenvolvimento da náutica de recreio que importa promover, sendo para tal necessário o desenvolvimento de algumas infraestruturas, como o Centro de Náutica de Recreio e Pesca no Cais do Samouco que em complementaridade com o do Barreiro e Seixal poderá ser aproveitado para gerar uma nova dinâmica de usufruto do rio Tejo, atraindo um novo público de visitantes para Alcochete.

Neste contexto, Alcochete também poderá beneficiar dos bons resultados alcançados pelo turismo náutico de Lisboa, nomeadamente com o desenvolvimento de atividades de entretenimento dos passageiros dos navios de cruzeiro durante a sua permanência em terra.

Esta aposta do concelho em proporcionar aos visitantes uma oferta de especial valor ecológico e de elevada qualidade paisagística e ambiental irá permitir promover Alcochete como um "Destino Verde" da Grande Região de Lisboa. Para isso, a temática da sustentabilidade e das preocupações ambientais terá de ser incluída na estratégia de marketing territorial do concelho, transformando uma responsabilidade do município em dividendos derivados deste "Destino Verde".

Entre os projetos que mais contribuem para a concretização deste objetivo estratégico está a v**alorização da Reserva Natural do Estuário do Tejo**, através do Centro de Interpretação da RNET e da requalificação da Salina do Brito (da Fundação João Gonçalves Júnior) e a v**alorização da ligação ao Tejo**, através da aquisição da embarcação Bote de Leão, da requalificação do cais palafítico do Samouco e do Sítio das Hortas, da construção de um ancorador turístico e da valorização das praias do Samouco).

Uma Villa com o Coração no Tejo

Alcochete possui uma relação muito própria com o rio Tejo, cuja simbiose ambiental e paisagística que se estabelece entre o espaço edificado e os valores do Estuário do Tejo é mais vincada e expressiva

na vila de Alcochete, principalmente no seu centro histórico, como um fator crucial de afirmação identitária do concelho.

A futura requalificação da frente ribeirinha de Alcochete irá aumentar o potencial de visitação existente, nomeadamente atendendo a toda a relação que neste território se conjuga entre o passeio público ribeirinho, o eixo funcional e o centro histórico, isto é, a simbiose natural que é oferecida pela ligação do Estuário do Tejo com a vila de Alcochete.

Simultaneamente, esta ação introduz preocupações de sustentabilidade ambiental e económica, com soluções orientadas para a promoção da fruição pela população - visto este ser um território plano, onde as lógicas ligadas à mobilidade sustentável (modos suaves) podem ser facilmente desenvolvidas - que se irá repercutir numa consequente capacidade de rejuvenescimento do centro histórico.

Alguns elementos centrais da imagem de Alcochete vão, complementarmente, ser objecto de reabilitação, como é o caso do miradouro Amália Rodrigues, do Passeio dos Navegantes e do pontão - que pode, por exemplo, ser explorado como pista de dança nas noites do fim-de-semana.

A requalificação da frente ribeirinha constitui-se, assim, como uma ação geradora de atividades ligadas ao rio e ao seu aproveitamento lúdico e comercial que terá impactes sobre a imagem de Alcochete e fará ressuscitar o vigor económico do seu núcleo ribeirinho.

Aliado a esta estratégia, está **o processo de reabilitação urbana que o centro histórico de Alcochete irá ser alvo, criando as condições necessárias para que este concelho possa ser o *pivot* de uma nova rota turística - Villas de Charme de Lisboa** – que englobe os concelhos de Cascais, Sintra, Mafra, Óbidos, Azeitão e Alcochete, como forma de captar parte dos fluxos de população, investimentos e turistas que circulam na Grande Região de Lisboa.

Entre os projetos que mais contribuem para a concretização deste objetivo estratégico está a **requalificação da frente ribeirinha da Vila de Alcochete**, através da requalificação da Av. Dom Manuel I e a **regeneração urbana e revitalização económica do centro histórico**, através da requalificação do miradouro Amália Rodrigues, da reabilitação do pontão e da revitalização do Passeio dos Navegantes.

Este projeto de requalificação da frente ribeirinha e de promoção da mobilidade é o que melhor ilustra a transversalidade da sustentabilidade ambiental na estratégia de desenvolvimento de Alcochete.

O Final de Tarde em Alcochete

Alcochete pode oferecer um dia maior do que muitos outros concelhos da AML; pode oferecer um espaço de qualidade de vida e de usufruto do entardecer junto do rio Tejo, no final do dia de trabalho.

Este período do dia que começa ao entardecer é um referencial inequívoco de Alcochete e, consequentemente, um mercado que deve ser desenvolvido através de experiências inovadoras em torno da iniciativa "Venha passar um final de tarde a Alcochete".

O enquadramento cénico singular do Estuário do Tejo ao final da tarde é uma marca deste território que merece ser aproveitado e potenciado, através da promoção do pôr-do-sol em Alcochete.

Para isso, é necessário articular a experiência de assistir ao entardecer no Estuário do Tejo com a própria "*movida*" alcochetana, com uma oferta comercial de qualidade e com a excelente rede de estabelecimentos de restauração que se encontram por toda a vila.

O cais palafítico, por exemplo, é um local privilegiado, com vista para a cidade de Lisboa, que pode oferecer a todos quanto visitem Alcochete uma experiência única, reconhecida pelos residentes de Alcochete como um dos ex-libris da vila e que não é explorado suficientemente.

Alcharte

Este deve ser um espaço de visitação privilegiado, não de visitação internacional, não de visitação sazonal, mas de visitação relativamente regular, embora sazonal ao nível da semana, mas não do ano. No fim-de-semana, Alcochete tem a oportunidade de ser um espaço de enorme animação e de visitação qualificada, basta que o concelho se organize.

Alcochete terá de aproveitar a atratividade de um território que combina características tipicamente rurais e urbanas para responder à crescente procura de produtos "naturais" e a valorização da tradição e genuinidade associada aos produtos rurais. A ideia passa por potenciar o que já existe, nomeadamente o Jardim D'Arte e a Alcofeira, e **transformar, ao fim-de-semana, o centro histórico da vila de Alcochete numa enorme feira de comércio justo**, de venda de produtos de artesanato, obras de arte, artigos em segunda mão e produtos alimentares biológicos, numa lógica de promoção de um espaço comercial a céu aberto e que se encontra, no essencial, preservado.

Este tipo de mercado é cada vez mais procurado por indivíduos jovens e criativos, para os quais o concelho poderá, paralelamente, desenvolver espaços de acolhimento para os artistas (*ateliers*) e facultar condições de trabalho (incubadoras artísticas), fazendo deste território um espaço de concentração de profissionais liberais.

Este objetivo tem implicações a vários níveis, desde aspetos sociais a aspetos relacionados com a capacidade de mobilidade dentro da própria vila.

O sucesso da captação de jovens criativos traduz-se num perfil de pessoas com um elevado nível de educação formal e com um estilo de vida moderno, arrojado e exigente do ponto de vista das condições de suporte ao seu trabalho e lazer, traduzindo-se, igualmente, num aumento da diversidade cultural presente no concelho.

Embu das Artes (Caixa 8), uma vila a 30km de São Paulo, ergueu-se a partir das dificuldades de uma cidade monumental como São Paulo, onde as pessoas ao fim-de-semana se refugiavam em Embu, criando-se assim a partir de algumas residências secundárias, mas principalmente a partir de uma feira de artesanato e de um passeio público muito animado. A oferta comercial foi-se qualificando, passou de temporária a permanente e gerou-se ali um espaço muito atrativo, sendo hoje visitado por todos quanto desejam comprar artesanato e antiguidades, ver obras de arte, almoçar e jantar bem e poder passear e descansar ao fim-de-semana.

Caixa 4 – Embu das Artes

O município brasileiro de Embu assume-se como um exemplo de descentralização do consumo e produção cultural, muito assente no "turismo de visitação". A vocação artística de cidade começou a desenhar-se ainda na primeira metade do século XX, mas foi a partir da inauguração do 1º Salão de Artes Plásticas de Embu em 1964, que reuniu trabalhos de diversos artistas de renome, que a arte produzida na região, fortemente influenciada pela arte primitiva e pela cultura hippie, ganhou notoriedade nacional (e até internacional), culminando na organização de uma Feira de Artes e Artesanato, onde os artistas locais podiam vender os seus produtos semanalmente. Por esta altura, Embu passou a ser conhecida, tal como ainda hoje, por Embu das Artes.

A tradição artística da cidade remonta ao tempo dos jesuítas. No decorrer dos últimos 42 anos, a Feira revelou talentos e contribuiu para solidificar a tendência cultural e artística iniciada com os primeiros artistas que se fixaram na cidade, como Cássio M'Boy na década de 1920 e Tadakiyo Sakai em 1950.

Vários artistas foram-se fixando na cidade, contribuindo para o aparecimento de ateliers, antiquários, lojas de artesanato e de móveis e restaurantes. Hoje a cidade abriga dezenas de ateliers, onde os artistas produzem as suas obras, encantado os turistas que visitam Embu e todas as ruas do centro histórico, agora Passeio das Artes, foram sendo ocupadas pelos artistas locais que expõem e vendem seus produtos.

Na atualidade, a Feira de Artes e Artesanato de Embu reúne cerca de 500 expositores (divididos entre artesanato, artes plásticas, Feira do Verde, antiquários e alimentação), sendo que a maior concentração de expositores e visitantes acontece aos fins-de-semana e feriados. O comércio cultural estende-se por todo o centro histórico e ultrapassa a variedade de produtos artesanais e de obras de arte da Feira, existindo uma rede de lojas de artesanato (bijutarias, porcelanas, instrumentos musicais, cestarias, vestuário, rendas e outros objetos decorativos), galerias de arte, antiquários e lojas de móveis rústicos (uma atividade impulsionada pelos migrantes sulistas, que levaram para o município o estilo rústico dos seus móveis, trabalhados em madeira maciça).

A cada fim-de-semana, a cidade recebe milhares de visitantes e não são apenas as artes plásticas que garantem ao município sua tradição cultural, outras manifestações culturais, como a dança, o teatro, a música e a poesia foram-se desenvolvendo em paralelo com a Feira e podem ser vistas em diversos espaços públicos da cidade, como a Biblioteca Municipal e o Centro Cultural Embu das Artes, complementadas com uma gastronomia diversificada e de qualidade.

A Feira do Verde é outra atração da cidade. A partir de 1940, um grande número de imigrantes japoneses chegou a Embu e ao instalarem-se no cinturão verde do município, passaram a produzir não só hortifruticultura, mas também uma grande variedade de flores e plantas ornamentais que são hoje produzidas em grande escala e cuja parte dessa exuberante produção pode ser vista e adquirida na Feira do Verde.

Este aumento da diversidade cultural do concelho irá contribuir para potenciar a realização dos eventos culturais, ambientais e gastronómicos que ao longo do ano animam o território de Alcochete, aproveitando uma herança cultural muito enraizada nos seus habitantes e no seu forte orgulho identitário.

Alcochete é um concelho com uma **identidade cultural que assenta, maioritariamente, na afirmação das suas origens históricas e nas suas tradições de cariz tauromáquico**. Por exemplo, o Círio dos Marítimos de Alcochete e as Festas do Barrete Verde e das Salinas indicam uma forte preservação das tradições e costumes locais e das próprias origens rurais. Este diálogo de Alcochete com o Ribatejo, com a Lezíria do Tejo e com o próprio rio Tejo deve ser mais valorizado, inovando e alargando as festas a novos públicos que assim ganham maior dimensão.

Entre os projetos que mais contribuem para a concretização deste objetivo estratégico está a **expansão da rede de equipamentos e espaços culturais** (Museu Municipal, Núcleo Museológico da Praia dos Moinhos, Centro de Interpretação dos Porco dos Cacos/Porto das Anfôras e construção de um salão para espetáculos e ensino musical), **a consolidação da oferta cultural do concelho**, através do projeto "Fábrica da Cultura", da elaboração do Plano de Memórias do Município e da organização dos Jogos Desportivos Municipais e Jogos do Futuro e a **promoção da identidade cultural de Alcochete**, através da valorização do cosmopolitismo na programação das atividades e eventos culturais de referência, como as festas tradicionais – festas de São João Baptista, festas da Confraternização Camponesa, festas populares do Samouco, Círio dos Marítimos de Alcochete e Festa do Barrete Verde e das Salinas – e eventos de divulgação do município – Julho Mais Quente, concursos e festivais de gastronomia, encontro de embarcações no Tejo, festival internacional de papagaios, festival de expressões ibéricas, Jardim D'Arte e Alcofeira.

Eixo 3 Alcochete espaço de empreendedorismo, iniciativa e localização empresarial

A inserção de Alcochete na principal centralidade urbano do sistema urbano nacional, a Área Metropolitana de Lisboa (AML), incute, neste território, um conjunto de oportunidades de desenvolvimento estratégico. Neste âmbito, destacam-se um conjunto argumentos de base territorial que interessam promover e projetar no sentido de incutir dimensão crítica à estrutura empresarial e logística presente no concelho de Alcochete. As especificidades urbanas e rurais criam uma dinâmica económica relevante, onde sectores distintos representam um peso significativo na especialização produtiva (distribuição e comércio – sector terciário - e agricultura – sector primário).

Alcochete demonstra capacidade para se afirmar enquanto território competitivo e atrativo. A emergência de novas oportunidades decorrentes das grandes alterações nas acessibilidades rodoviárias, sobretudo a partir de 1998, com a inauguração da ponte Vasco da Gama, provocou transformações económicas e sociais conferindo-lhe um novo posicionamento no quadro metropolitano.

Com uma localização geográfica privilegiada, Alcochete concilia a sua proximidade à maior centralidade urbana nacional, com a capacidade de oferecer um ambiente urbano de qualidade e com um habitat com um elevado nível de qualificação. Esta dualidade cria uma identidade única para o território, tornando-o muito atrativo, devendo promover-se pelos seus fatores distintivos.

Alcochete beneficia, ainda, da sua inserção direta no Arco Ribeirinho Sul (ARS). O conceito do ARS surge da intenção de criar um elo de relação e articulação entre os concelhos constituintes e dar vida ao projeto de "uma grande metrópole de duas margens centrada no Tejo", ganhando relevo com a criação da Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS), que facilita e simplifica as acessibilidades entre todos os concelhos. Entre os projetos estruturantes previstos para o ARS, estão o desenvolvimento de indústrias criativas, da náutica de recreio, a relocalização de terminais fluviais, a ponte Chelas-Barreiro e o prolongamento do Metro Sul do Tejo (não obstante alguns dos projetos se encontrarem suspensos).

Caixa 5 – Arco Ribeirinho Sul (ARS)

O Arco Ribeirinho Sul (ARS) constitui-se como uma unidade territorial que se estende entre o concelho de Almada e Alcochete, onde se encontram patentes valores, lógicas e dinâmicas muito específicas em termos sociais, económicos, culturais, políticos, urbanísticos e ambientais.

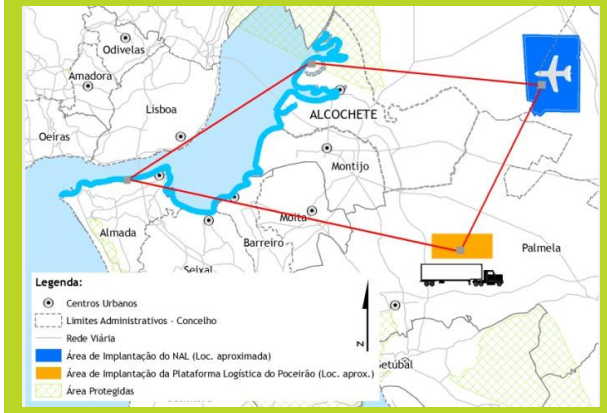
Este território é marcado, no essencial, pelo crescimento associado à indústria, à atividade portuária e aos fluxos populacionais impulsionados por esses sectores na primeira parte do séc. XX. O desenvolvimento destas atividades, que atingiram a sua expressão máxima nos anos 60, deixaram marcas bastante vincadas no padrão físico e paisagístico dos concelhos em questão.

Nos anos 70, o choque económico influenciado pela crise no sector petrolífero, bem como a instabilidade que se viveu em Portugal, conduziram à decadência generalizada da maioria das indústrias implantadas na Península de Setúbal, o que, a médio/longo prazo se traduziu na descativação e abandono progressivo das áreas industriais então existentes.

Tendo presente este vasto conjunto de territórios, que ao longo dos últimas décadas têm permanecido totalmente desqualificados, foram elaborados

diversos instrumentos de carácter programático, estratégico e de normativo urbanístico, onde estão contidas abordagens integradas e fundamentadas para esta unidade territorial, vinculando medidas e ações que procuram, no essencial, promover o desenvolvimento integrado e sustentado deste território em complementaridade com o território da AML e com um quadro de projeto de âmbito nacional e de conectividade internacional a concretizar no futuro.

De acordo com o documento estratégico do projeto do Arco Ribeirinho Sul (ARS), encontram-se definidas intervenções de carácter urbanístico direcionadas para três complexos industriais específicos, que se encontram obsoletos, a saber: **Margueira, Siderurgia Nacional e CUF/Quimigal** (localizados nos concelhos de Almada, Seixal e Barreiro, respetivamente).



É intenção que estes projetos de qualificação urbana possam contribuir para a construção de "*uma grande metrópole de duas margens centrada no Tejo*", articulando-se com um amplo conjunto de investimentos públicos previstos para a margem sul, tais como: a instalação do NAL, a implementação da plataforma logística do Poceirão e a construção da terceira travessia –Chelas / Barreiro.

Neste sentido, é importante que a afirmação do Arco Ribeirinho Sul seja efetuada segundo uma perspetiva de visão estratégica integrada para toda a frente ribeirinha, numa lógica de conjunto, valorizando, no essencial, a simbiose que se estabelece entre o contínuo urbano ribeirinho e o estuário do Tejo. Neste sentido, **a reconversão dos usos e das funções que hoje não apresentam potencial competitivo deverá ser efetuada no sentido de potenciar o desenvolvimento de espaços qualificados multifuncionais** que permitam gerar massa crítica do ponto de vista social e económico.

Desenvolvimento empresarial e logístico

Por outro lado, o concelho possui uma forte tónica de desenvolvimento no que concerne às áreas de acolhimento empresarial do concelho as quais são detentoras de potencialidades.

Desde logo, a área de acolhimento empresarial e logístico do Passil, com magnitude espacial à escala da AML, detentora de um conjunto significativo de empresas de escala nacional e internacional (caso do Corte Inglês e DHL), que permitem afirmar as condições de desenvolvimento e crescimento deste "espaço", tendo, ainda, presente a relação com um conjunto de infraestruturas de suporte existentes, nomeadamente rodoviárias. Na verdade, esta área de acolhimento empresarial assume uma importância de destaque à escala suprarregional considerando o possível papel de "substituição" à plataforma logística do Poceirão, estrutura referenciada por um conjunto bastante significativo de instrumentos de prospetiva territorial mas que, fruto da conjuntura económica, não se encontra implementada no território, abrindo oportunidade ao desenvolvimento das valências da logística e do transporte noutros locais.

Caixa 6 – PP de Expansão da Zona Industrial do Passil

A Câmara Municipal de Alcochete elaborou um Plano de Pormenor de Expansão da Área de Indústria, Comércio e Serviços do Passil como forma de fomentar e viabilizar no município de atividades económicas ligadas à indústria, ao comércio e serviços, com unidades modernas, inovadoras e cumpridoras dos requisitos ambientais com efeitos na competitividade e atratividade económica do concelho, renovando o tecido empresarial e, consequentemente, criando postos de trabalho, potenciando os benefícios sociais.

Numa lógica de maior proximidade com o pólo de Alcochete destaca-se a existência da Zona Industrial (ZI) do Batel. Esta ZI, que possui uma lógica de relação mais imediata com a Vila de Alcochete, e se encontra dotada de estabelecimentos industriais de menor dimensão, é detentora de um forte potencial associado à criação de novas funções como são os serviços de suporte às empresas, serviços partilhados, captação de iniciativas *start ups* e espaços de *coworking* que permitem acolher empresas ligadas ao domínio da inovação, em plena articulação com o projeto do Pólo Tecnológico da Coutadinha.

Dinâmica comercial e empresarial do Centro Histórico

Por outro lado, o desenvolvimento da dinâmica comercial da zona histórica é também um aspeto central e decisivo do desenvolvimento económico da Vila de Alcochete. O posicionamento favorável da Vila no contexto do ARS permite formular um conjunto de oportunidades que promovam a fixação de novas empresas neste espaço, tornando-o atrativo para residentes e visitantes, permitindo, ainda, usufruir das amenidades físicas, urbanísticas e funcionais de um espaço que dialoga diretamente com o rio Tejo.

Neste contexto deverão ainda ser desenvolvidas medidas positivas de apoio à instalação de novas empresas/ estabelecimentos no Centro Histórico, criando uma lógica de proximidade entre estes espaços empresariais e o centro histórico de Alcochete, favorecendo uma boa articulação na prestação dos serviços necessários aos utentes dos parques empresariais.

Também o sector da energia revela um forte potencial de valorização económica dos recursos naturais da região, podendo identificar-se algumas oportunidades de dinamização de soluções inovadoras e experimentais nos domínios da agricultura, da viticultura e do desenvolvimento de produtos turísticos com elevado grau de diferenciação aproveitando a relação do concelho com a Península de Setúbal e a Lezíria do Tejo.

Caixa 7 – Herdade de Rio Frio

A superfície territorial da Herdade de Rio Frio (5.200 hectares) é abrangida pelos concelhos de Alcochete e Palmela, situando-se por isso a cerca de 30 km de Lisboa. A centralidade da herdade confere-lhe um aspeto de diferenciação e de competitividade que, aliado a outros fatores distintivos do território como a agricultura e a floresta, o agroturismo, o turismo equestre e a atividade vitivinícola, constituem uma base sólida para a projeção futura da Herdade de Rio Frio enquanto espaço turístico de referência.

A relação de proximidade da Herdade de Rio Frio com a Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET) realça a riqueza da fauna e flora do local que compõem a beleza natural característica das zonas húmidas. Para além das valias paisagísticas, a Herdade tem desenvolvido desde 2010 um processo de revitalização tanto das atividades agrícolas, florestais e de pecuária como da produção de vinho.

A riqueza histórico-cultural de Rio Frio abarca o espólio arqueológico de "Porto dos Cacos", que remonta ao século primeiro dC, tal como um património arquitetónico, de equipamentos e documentos que caracterizam o trabalho e as vivências em finais do século XIX – época em que Rio Frio tinha a "maior vinha contínua do mundo" com 4.000 hectares. Recentemente, a Sociedade Agrícola de Rio Frio S.A. tomou a iniciativa de reunir parte do acervo histórico do local e de disponibiliza-lo para visitação no "Museu Memórias de Rio Frio".

É também no século XIX que se encontram as origens da Coudelaria de Rio Frio, onde se iniciou a produção equina com o intuído de dar apoio às atividades agrícolas. A introdução das máquinas no trabalho agrícola na primeira década do século XX permitiu utilizar os cavalos noutras atividades de lazer, como o desporto equestre, e assim direcionar a coudelaria para a produção de cavalos Puro-sangue Lusitanos e Anglo/Luso/Árabes que ainda hoje caracterizam a missão da Herdade de Rio Frio.

A beleza paisagística e a panóplia de atividades que a Herdade de Rio Frio engloba, compõem a base para um modelo de turismo e visitação multifuncional. A oferta alargada de serviços, que vão desde o agroturismo e turismo residencial às atividades de ar livre como a pesca, o remo, o polo equestre e os percursos pedestres e as atividades transversais como a museologia compõem um potencial de atratividade turística destinto na região.

Eixo 4 Alcochete espaço de atratividade residencial

Se efetuarmos uma análise prospetiva da dinâmica de desenvolvimento e crescimento do Sistema Urbano Nacional, em termos macro, não será certamente difícil constatar que a **Península de Setúbal concentra um conjunto significativo de desafios e oportunidades** que terão fortes impactes e reflexos sobre a estrutura social, económica e, naturalmente, de forma mais expressiva, sobre o domínio do uso e ocupação do solo.

Integração no contexto metropolitano

Neste âmbito, **o concelho de Alcochete enfrentará, nos próximos anos, profundos desafios no que concerne ao desenvolvimento do seu modelo residencial e urbano**. As transformações que se adivinham são sobretudo potenciadas pelo posicionamento geoestratégico que o concelho possui no contexto da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e, mais especificamente, do Arco Ribeirinho Sul (ARS). Por outro lado, é importante ter presente o conjunto de projetos estruturantes, de escala nacional e regional, que se encontram previstos como é o caso do **Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), a terceira travessia do Tejo, a plataforma logística do Poceirão e a Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS)**.

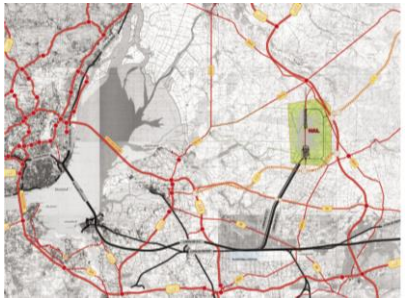
Com efeito, não é possível formular uma estratégia sustentável para o concelho sem ter em consideração os projetos e ações que hoje se encontram previstas para o território. **Desta forma, é expectável que a execução destes projetos potenciará o desenvolvimento de uma nova vaga de pressão urbana sobre o ARS**, motivando um conjunto de riscos e ameaças ligadas com a desestruturação do modelo residencial de baixa densidade que atualmente se encontra relativamente controlado.

Analisando a dinâmica urbanística das décadas anteriores verifica-se que o concelho "resistiu", de certa forma, às vagas de crescimento urbano mais desenfreado que hoje se espelham noutros concelhos do ARS, traduzindo-se do ponto de vista paisagístico numa imagem urbana difusa e fragmentada, facto esse que abre uma janela de oportunidade a Alcochete na medida em que hoje possui as condições necessárias que permitem fomentar um modelo residencial e urbano distinto daquele que se encontra na maioria dos concelhos do ARS.

Arco Ribeirinho Sul (ARS)

Fonte: Estudo Parque Expo

Novo Aeroporto de Lisboa (NAL)



Fonte: Plano Director do NAL

No entanto, e tendo presente os projetos assinalados, **é imperativo acautelar a possibilidade deste território ser alvo de uma nova vaga de pressão urbana** que, naturalmente, terá fortes impactes sobre o mosaico territorial face à fixação de um quantitativo demográfico que necessariamente procurará a margem sul do Tejo para residir nos próximos anos, enquanto ativos diretos e indiretos de uma bolsa empresarial que é expectável que se venham a se localizar em diversos pólos da Península de Setúbal.

Neste capítulo, **Alcochete enfrentará a concorrência direta de um conjunto alargado de municípios (limítrofes e não só)**, que face aos investimentos/ projetos previstos para esta região, se encontram a projetar um conjunto de iniciativas, ligadas com o domínio residencial e a qualidade de vida, tendo em vista absorver um quantitativo mais alargado de potenciais residentes e unidades empresariais.

Neste contexto de competitividade e de concorrência territorial os fatores que são necessários refletir e colocar à discussão vão no sentido de responder às seguintes questões chave:

- **Que modelo urbanístico o concelho possui na atualidade e que modelo pretendemos projetar para as próximas décadas?**
- **Quais os fatores competitivos e diferenciadores que o concelho possuí no sentido de captar residentes, recursos e empresas?**

Particularmente no que se reporta ao modelo urbanístico verifica-se que o desenvolvimento do sistema urbano, de base residencial, assenta, grosso modo, em torno dos três pólos urbanos que compõem as sedes de freguesia (Alcochete, São Francisco e Samouco), tendo o aglomerado de Alcochete um papel fundamental, em termos de hierarquia, atendendo ao volume de funções e de equipamentos que agrega.

Alcochete espaço de ordenamento urbano qualificado

Ao longo das últimas décadas, os três pólos urbanos foram alvo de um crescimento urbano vincado em termos do edificado o que conduziu à ampliação dos perímetros urbanos, à expansão das infraestruturas básicas, ao aumento do número de equipamentos e ao incremento das funções de base social e cultural, permitindo à população residente usufruir de condições de suporte à cidadania.

No contexto do desenvolvimento urbano foram desenvolvidos um conjunto de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), nomeadamente Planos de Pormenor (PP), que permitiram estruturar os espaços urbanos e urbanizáveis, de forma coerente, promovendo e fomentando a qualificação do habitat e do espaço público urbano, em termos seletivos, em estrita articulação com o domínio da mobilidade e do ordenamento rodoviário.

Tendo por base este quadro analítico despontam um conjunto de desafios nucleares ao nível do domínio urbano e residencial no sentido de dotar o concelho de Alcochete de um modelo urbano diferenciado, assente numa padrão de edificação de baixa densidade, caracterizado pela elevada qualidade do habitat e do espaço público urbano e ainda pelo ordenamento da rede de serviços e de equipamentos coletivos, promovendo as lógicas associadas à coesão e à inclusão social.

Neste contexto, **é essencial que a estratégia inerente à segunda geração do Plano Diretor Municipal (PDM) de Alcochete enquadre de forma realista a contenção e estruturação dos perímetros urbanos** no sentido de contrariar os riscos associados ao crescimento urbano difuso e fragmentado que se constata em alguns focos do concelho. Paralelamente, a estratégia do PDM deverá dar orientações claras no sentido da **qualificação dos tecidos consolidados e expectantes, definindo parâmetros de edificação e urbanização que promovam um urbanismo de qualidade.**

Ainda no contexto da estruturação dos aglomerados importa potenciar a mescla de funções no sentido do reforço do *mix* funcional evitando

fenómenos de segregação que acarretam custos elevados do ponto de vista da mobilidade residencial. Neste contexto, as novas áreas de expansão residencial deverão ser dotadas de áreas específicas para a implementação de comércio, serviços e equipamentos no sentido de contrariar a lógica de dependência face aos espaços centrais consolidados.

O esforço de qualificação e ordenamento urbano deverá prioritariamente incidir sobre as áreas urbanas e urbanizáveis previstas no contexto da primeira geração do PDM e ainda sobre alguns focos de urbanização ligados a loteamentos urbanos não concretizados, permitindo ao tecido urbano crescer de forma faseada e articulada, promovendo uma lógica de urbanidade que se desenvolve de forma ordenada e programada a um ritmo realista e tendo por base a dinâmica demográfica e as reais exigências do mercado imobiliário.

Nesta lógica, o modelo de ordenamento territorial do concelho de Alcochete exige um esforço importante no sentido de fortalecer a articulação entre os espaços urbanizados, agrícolas, florestais e zonas húmidas, tendo em vista promover um modelo de ordenamento territorial coeso e sustentável, salvaguardando os diferentes usos e funções e a heterogeneidade espacial do concelho numa lógica de atracão residencial de Alcochete que assenta numa perspetiva de **viver em ambiente urbano com os privilégios de espaço rural** tendo por base a fusão que se estabelece entre os diferentes usos do solo.

No que concerne às lógicas de atracão é essencial ter presente que o concelho é possuidor de um conjunto de valências do ponto de vista natural que devidamente estimuladas e articuladas com o tecido urbano conferem a Alcochete um potencial de atracão impar.

Caixa 8 - Lógicas de desenvolvimento urbano - Gruissan

Gruissan é uma Vila Francesa que se insere na região administrativa de *Languedoc-Roussillon*. A comuna de Gruissan estende-se por uma área de 43,6 km², com 4.267 habitantes (2005) e possui uma densidade de 95 hab./km².

A Vila é constituída por um conjunto de elementos urbanos de carácter mediterrânico que a tornam singular sendo de destacar o castelo e respetiva zona histórica. Gruissan tem as suas tradições e costumes assentes na relação dos seus residentes (maioritariamente pescadores e produtores de sal) com o mar.

Com o passar dos anos o núcleo primário foi sucessivamente alargado dando lugar a novas áreas residências (de primeira e segunda residência) e infraestruturas que tornam Gruissan hoje num espaço de referência em termos arquitetónicos e urbanísticos.

Neste contexto, destaca-se a marina como espaço moderno e cosmopolita onde é possível desfrutar de estabelecimentos de comércio e serviços de proximidade com qualidade, como é o caso de cafés, restaurantes e lojas de carácter diverso.

Em termos de gestão do território Gruissan é considerado por especialistas como um exemplo a seguir em termos de ordenamento urbanístico e paisagístico, particularmente tendo presente a sua inserção num sistema biofísico impar e complexo que estabelece a simbiose entre o espaço terrestre com uma zona húmida e onde foi efetuado um esforço no sentido de evitar a promoção de um modelo territorial de alta densidade voltado para o turismo de massas.

Relação do tecido urbano com o estuário do Tejo

É importante destacar a simbiose natural que ao longo das décadas se foi estabelecendo entre o tecido urbano consolidado do Centro Histórico, dotado de elementos simbólicos marcados pela história e pela cultura alcochetense, com o estuário do tejo e respetivos valores ambientais e ecológicos que hoje fazem com que Alcochete seja considerado o espaço privilegiado de "entrada" na Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET).

Neste contexto, destaca-se a frente ribeirinha, enquanto zona de "costura" entre a frente terrestre e ribeirinha, **que se constitui como um passeio público de grande valor paisagístico e cénico interligando-se espacialmente com o projeto de requalificação da Avenida Dom Manuel I e o parque urbano do Alto dos Moinhos**, consubstanciando-se como uma intervenção alargada e potenciadora do desenvolvimento de usos ligados com a vivência urbana e o domínio do lazer.

Perfil e relação da Frente Ribeirinha de Alcochete com o Estuário do Tejo

Fonte: CM Alcochete

O potencial estratégico desta frente ribeirinha conduz à oportunidade de desenvolvimento de um conjunto de **ações específicas ligadas com o usufruto do espaço público urbano** seja ao nível do domínio da visitação e do lazer como em termos da realização de eventos de base social e cultural.

Neste âmbito, importa destacar a aposta estratégica ao nível da criação do centro comercial ao céu aberto devidamente integrado com o tecido consolidado do centro histórico de Alcochete e com os valores arquitetónicos ai presentes, permitindo a fixação de operadores âncora que potenciem o rejuvenescimento deste espaço como uma realidade de usufruto comercial e de serviços**. O objetivo passa por dotar este espaço de elementos de atracão que permitam recuperar a centralidade funcional que o centro histórico já possuiu**.

Outro dos aspetos relacionados com a **atração residencial prende-se com a ótica dos equipamentos escolares**, onde tem sido efetuado um importante esforço, ao longo dos últimos anos, ao nível da construção de novos equipamentos e na beneficiação da rede existente. Neste âmbito destaca-se a construção de três novos centros escolares (Quebrada, Samouco e São Francisco). **A par das ações ligadas com o domínio da educação destacam-se também as ações no domínio da saúde** que se constituem um importante vetor de atracão residencial. Neste âmbito importa referir os projetos do centro de saúde de São Francisco e o centro social do Samouco (com valências de lar da terceira idade).

No que se reporta às questões ligadas com a mobilidade este território enfrenta um conjunto de desafios que se podem diferenciar a dois níveis distintos. Do ponto de vista do sistema urbano externo destacam-se os projetos referentes a execução do segundo nó de ligação à A12 e ainda o desenvolvimento do projeto da Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS) que terá um papel fundamental em termos das lógicas de articulação rodoviária entre os concelhos do ARS.

Já no que corresponde ao sistema urbano interno destaca-se a necessidade de desenvolver um conjunto de eixos fundamentais nomeadamente a circular interna e externa à Vila de Alcochete juntamente com a beneficiação das ligações ao aglomerados de São Francisco e Samouco, permitindo qualificar as lógicas de mobilidade do sistema urbano.

Por último, importa ainda salientar o projeto de referente ao **Plano de Eco-Mobilidade e Desenvolvimento de Alcochete (PEDAL)** tendo em vista promover o desenvolvimento da rede de percursos clicáveis e pedonais no perímetro da Vila de Alcochete e mais especificamente ao longo da frente ribeirinha.

Caixa 9 – Lógicas de mobilidade - Mataró

Mataró é um município da Espanha na província de Barcelona, comunidade autónoma da Catalunha, banhado pelas águas do Mar Mediterrâneo. Encontra-se a cerca de 30 km a norte da cidade de Barcelona. Do ponto de vista demográfico conta com 121.722 habitantes (2009), sendo a 52ª cidade mais povoada de Espanha e a 8ª da Catalunha.

A cidade de Mataró possui uma localização geográfica privilegiada. Por um lado o mar mediterrâneo e por outro a cordilheira litoral faz com que as condições climáticas sejam apropriadas em termos do usufruto do espaço público urbano.

No ano de 2005 foi desenvolvido o Plano de Mobilidade Urbana de Mataró no sentido de planear as distintas formas de mobilidade num espaço viário com limitações físicas do ponto de vista da circulação. Foi sentido por parte do executivo municipal a necessidade de ordenar o modelo de mobilidade como função urbana de primeira ordem e com uma forte implicação ao nível da qualidade de vida dos cidadãos.

Considerou-se que o modelo de mobilidade vigente adaptou-se a um território cada vez mais disperso e difuso em termos residenciais o que obriga a um forte dependência do veículo privado apesar dos esforços realizados para fomentar a mobilidade em meios alternativos (transporte público, a pé e de bicicleta).

Neste âmbito foi estabelecido um novo modelo de mobilidade cujas bases são:

- Um modelo de mobilidade que permita manter o dinamismo social e económico da cidade;
- Um modelo sustentável que responda aos critérios adotados na Agenda 21;
- Um modelo de mobilidade que dê prioridade aos peões, às bicicletas e ao transporte público;
- Um modelo que garanta a qualidade de vida de todos os cidadãos e a segurança viária;
- Um modelo que fomente a mudança de atitudes tanto na administração como nos cidadãos e que garanta a disciplina do tráfego, cumprindo e fazendo cumprir as normas básicas de convivência na mobilidade.

Eixo 5 Governança e governabilidade

O processo de desenvolvimento social e económico territorial pressupõe, cada vez mais, que este se encontre **alicerçado em princípios de gestão e governação territorial, estruturado em rede, atuando a diferentes escalas de intervenção e ancorado em parâmetros de diversidade e complementaridade**.

A governação do território associada à centralização dos órgãos de administração institucional e política foi dando lugar a uma **descentralização e desconcentração do poder com reflexos ao nível regional, local e mesmo sectorial** assente em novos mecanismos de articulação e coordenação, nomeadamente pela perda de "unidade" do conjunto e potencial perda de eficiência e eficácia do processo. Ainda assim, o incremento da democracia participativa induz um novo paradigma, uma nova forma de viver e analisar o território que traduz um grande desafio e simultaneamente uma grande mudança no processo de planeamento e gestão territorial.

Ordenamento do Território e Governação

O conceito de governança territorial surge no contexto de uma **sociedade civil mais informada e mais participativa e operante que não delega totalmente na gestão pública tradicional** a resolução dos seus problemas e perspetivas de desenvolvimento do território que ocupa.

A governança pressupõe uma abordagem territorial a diferentes níveis, participada, envolvendo atores públicos e privados; atores económicos e socioculturais, atores ligados ao domínio ambiental e particulares, numa procura constante para dar resposta às necessidades/problemas do território, assente na coordenação e integração das políticas territoriais e da cooperação, segundo diferentes metodologias de abordagem e abarcando o maior número possível de atores.

Os processos e mecanismos ligados ao ordenamento do território, tendencialmente desenvolvidos de forma rígida e estanque têm necessariamente que encontrar mecanismos de gestão da incerteza, do risco e das mudanças. Assim, **o ordenamento do território, numa lógica de governança territorial, deve ser efetuado numa perspetiva de gestão do plano, em detrimento de uma ótica de sobrevalorização da sua elaboração, apostando numa metodologia assente na flexibilidade e que possibilite a incorporação de "*inputs*" não previstos**, mas que se afigurem essenciais; que agilize e simplifique os processos de atuação; que mobilize os atores numa fase ainda a montante do Plano, acompanhando e participando na sua monitorização e na concertação e transparência dos processos negociais.

Revisão do PDM

Fonte: CM Alcochete

Regeneração Urbana de Alcochete

Fonte: Plano Director do NAL

Da estratégia de mudança definida por Alcochete para 2025, faz parte a aposta numa participação dos cidadãos que envolva cada vez mais os atores locais e esteja alicerçada no estabelecimento de parcerias público-

privadas (PPP) como veículo condutor de concretização dos projetos que sustentam essa estratégia. As PPP são usuais no trabalho desenvolvido pelo executivo de Alcochete, em projetos que pela sua complexidade e grande diversidade de interesses públicos e privados dificilmente seriam levados a cabo de outra forma. Esta forma de intervenção assume objetivos concretos e específicos, como sejam, acréscimos de eficiência na afetação de recursos públicos e na otimização dos serviços prestados, sendo especialmente utilizado quando o projeto exige da parte dos envolvidos elevados esforços financeiros, técnicos e de gestão, em simultâneo com a necessidade de manutenção das condições de sustentabilidade durante a "vida" do contrato. **Em Alcochete, assumem particular destaque as PPP estabelecidas no âmbito da gestão do Programa de Ação Territorial (PAT) para o Rio Frio/Barroca D'Alva**, pela dimensão territorial, por ser um programa de âmbito inter-concelhio e pelo número de atores.

Alcochete espaço de abertura à participação coletiva

A participação pública é uma outra forma de envolvimento que assume particular importância no compromisso com a "Agenda Estratégica Alcochete 2025", consubstanciada no seu plano estratégico e que **envolve diretamente os cidadãos, integrando as suas opiniões e preocupações, através da realização de sessões temáticas, abertas ao público em geral e aos agentes sectoriais públicos e privados**. Para além deste tipo de iniciativas, a inclusão de contributos específicos é possível ser realizada através de canais criados para este efeito, como são o caso de *sites* de incorporação de conteúdos e das redes sociais.

Da estratégia de desenvolvimento concelhia faz ainda parte **o reforço do papel de Alcochete no projeto do Arco Ribeirinho Sul e nesta perspetiva a afirmação do seu papel na rede de governação**. Alcochete detém um posicionamento concelhio ímpar, enquanto "porta de entrada da RNET", que importa valorizar no contexto deste projeto. A natureza e os valores da biodiversidade, em presença, são geradoras de um potencial económico, que assente em pressupostos de sustentabilidade, constitui fator de competitividade decisivo.

Exposição Regeneração Urbana

Fonte: CM Alcochete

Sessão de debate com empresários

Fonte: CM Alcochete

Neste contexto, colocam-se desafios a Alcochete, alguns deles identificados a partir das sessões públicas realizadas, como por exemplo, o mote para a constituição de uma **"Rede de Cidades pela Biodiversidade" liderada por Alcochete e de âmbito europeu induzindo uma mudança de paradigma e possibilitar uma discriminação positiva**, para os concelhos que apostam na valorização da biodiversidade.

A perspetiva de enquadramento e desenvolvimento de uma estratégia de Marketing Territorial, enquadrada numa estratégia concelhia alargada, assente claramente nos valores endógenos e nos novos desafios de competitividade, sustentabilidade e governança, em cujo conteúdo, atores locais e institucionais se reconheçam e identifiquem, é um instrumento que alavancará o desenvolvimento concelhio no contexto

metropolitano contribuindo para o objetivo há muito ambicionado: "Lisboa, Cidade das Duas Margens".

A operacionalização do sistema de implementação e gestão das ações estruturantes do plano de ação deverá prosseguir um processo assente nos princípios da boa governação, assim entendida enquanto processo participado e transversal, induzindo à territorialização das medidas elencadas no plano de ação e espelhando a vontade, a participação e a cooperação de todos os atores envolvidos. De ressalvar, que apesar da complexidade processual associada à implementação da prática da governança territorial, esta afigura-se como uma forma participativa, transparente e robusta para a operacionalização das medidas elencadas na "Estratégia Alcochete – 2025".

Caixa 10 - Modelo colaborativo de Curitiba

O ponto de partida para a formulação do modelo colaborativo de Curitiba foi a crença na participação, ou seja, unir todos os esforços existentes na comunidade, como também no forte enfoque de crescimento das pessoas e das comunidades de "dentro para fora".

A experiência levada a cabo no Bairro do Cajuru demonstrou que o modelo colaborativo é potencialmente eficaz para alcançar soluções construídas pela própria sociedade, na medida em que apresenta uma nova base conceitual que leva à revisão do paradigma de atuação dos indivíduos, da sociedade, do poder público e da iniciativa privada. A consolidação de parcerias consistentes, comprometidas com valores e princípios definidos pela própria comunidade, tem o poder de potencializar os resultados e dividir as responsabilidades. Desta forma, o modelo colaborativo traduz-se numa metodologia possível de ser utilizada por qualquer grupo que tenha por finalidade e mobilização de poder para transformar a realidade de forma compartilhada.

As ferramentas metodológicas, ou seja, os passos da colaboração, desenvolvidos no Bairro Cajuru são:

- **Reunir as pessoas:** a proposta de modelo colaborativo estimula um olhar diferente sobre a comunidade, procurando identificar nos seus membros capacidades e habilidades que possam contribuir com o seu processo de crescimento pessoal e comunitário;
- **Confirmar a visão:** este passo tem como propósito compartilhar os sonhos de melhoria e dar direções aos trabalhos, assegurando que os objetivos iniciais sejam seguidos e conquistados;
- **Conquistar a confiança:** as pessoas da comunidade precisam de sentir que as suas ideias são importantes, que podem dar as suas opiniões sem medo de julgamentos e que o grupo é o lugar seguro para a discussão das propostas;
- **Apoiar os integrantes:** para um grupo se sentir motivado e caminhar para o sucesso com determinação, as pessoas precisam de sentir que o seu esforço está sendo valorizado por todos os elementos do grupo;
- **Solucionar conflitos:** os conflitos podem surgir. Apesar de ser visto sempre como um problema o conflito pode ajudar a prevenir a estagnação do grupo;
- **Organizar a colaboração:** para construir a visão é importante confirmar os papéis, o lugar, a competência, a atribuição de cada um, segundo a sua identidade, habilidades e capacidades;
- **Criar um plano de ação:** este passo facilita a delimitação do caminho que se deseja percorrer, com objetivos claros e resultados esperados, contemplando: prioridades, responsabilidades e prazos;
- **Avaliação participativa:** caracteriza-se pelo envolvimento, compartilhamento e pela transparência nas decisões e nos resultados.

Fonte: O Modelo Colaborativo de Curitiba: uma experiencia de desenvolvimento local; Nadas, B, Lima, C.

5. Articulação com instrumentos de planeamento estratégico e de ordenamento do território

Este ponto visa promover a articulação e o alinhamento da visão e dos eixos estratégicos deste plano estratégico com um conjunto relevante de instrumentos estratégicos e de ordenamento do território existentes para a escala regional e nacional, nomeadamente no que se refere com as grandes orientações estratégicas da Península de Setúbal e da AML.

Plano de Ação

6. Plano de Ação

Este capítulo encontra-se estruturado através de um conjunto de fichas que descrevem as operações que integram o Plano Estratégico de Alcochete.

De seguida apresenta-se o modelo de ficha tipo e a lista de projetos específicos que compõem cada uma das operações estruturantes.

Este conjunto de projetos específicos (datados de Julho de 2011) deverão ser atualizados à luz do novo quadro de objetivos e opções da CM Alcochete.

OP.1 ALCOCHETE – CAPITAL DO ESTUÁRIO DO TEJO

		Contributo da operação para os eixos
Promotor	*C.M. de Alcochete*	***Eixo 1** – Alcochete: Espaço de capitalidade nas funções associadas à biodiversidade e conservação da natureza e "porta de entrada" da Reserva Natural do Estuário do Tejo*
Dimensão Financeira	●	
Financiamento	*Administração Local e QREN*	***Eixo 2** – Alcochete: Espaço de visitação & lazer*
Prioridade de Execução	*Alta*	***Eixo 3** – Alcochete: Espaço de iniciativa, empreendedorismo e localização empresarial*
		***Eixo 4** – Alcochete: Espaço de atratividade residencial*
		***Eixo 5** – Governança e Governabilidade*

Descrição da Operação

A capitalidade ecológica do município de Alcochete é-lhe conferida pelo conjunto de **características naturais únicas** que este comporta. Neste sentido, encontra-se previsto um conjunto de operações, tendo em vista a **proteção e valorização dos seus recursos naturais e energéticos**.

A operação de **ampliação e reordenamento do Sítio das Hortas** pretende efetuar a reorganização e enquadramento paisagístico do espaço existente, de forma a possibilitar o desenvolvimento de mais atividades, permitindo a **dignificação do local à escala metropolitana**.

Relativamente à **Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET)**, as ações a levar a cabo pretendem **melhorar as condições de funcionamento do Centro de Interpretação** e proceder à **modernização e diversificação da oferta didática** e consequentemente captar mais público. Ainda neste âmbito de intervenção e numa perspetiva de **valorização dos recursos** está elencada a possibilidade da RNET **funcionar como um grande "parque biológico"** ao serviço da Área Metropolitana de Lisboa.

Os **percursos de descoberta da natureza e *birdwatching*** constituem-se como uma outra operação a executar, encontrando-se já em realização vários projetos de iniciativa do município, como por exemplo, o percurso pedonal das salinas.

Numa ótica de **incentivo à prática da eficiência energética**, surgiu um projeto que visa otimizar a energia consumida em espaço público, através de novas tecnologias, possibilitando a diminuição de consumos num curto espaço de tempo.

Principais Objetivos

Pretende-se com esta operação **promover o turismo de natureza e a visitação na Reserva Natural do Estuário do Tejo, além da melhoria da operacionalidade dos órgãos de gestão da área protegida do Estuário do Tejo**, numa perspetiva de escala metropolitana e de respeito pela "capitalidade" ecológica do município.

Assim, os principais objetivos prendem-se com a possibilidade de:

- ✓ Desenvolver competências relacionadas com o uso dos recursos naturais;
- ✓ Oferecer um conjunto de atividades estruturadas para proteção e valorização dos recursos naturais;
- ✓ Disponibilizar aos cidadãos o contacto com a natureza;
- ✓ Captar a participação da população escolar, apoiando o projeto eco-escolas;
- ✓ Modernizar e diversificar a oferta didática do Centro de Interpretação da RNET, aumentando o número de visitantes;
- ✓ Implementar e dinamizar um "parque biológico" ao serviço da Área Metropolitana de Lisboa, dentro dos limites da RNET;
- ✓ Implementar percursos para observação e usufruto da natureza, em domínios como o *birdwatching*, a aquacultura e o processo de fabrico do sal;
- ✓ Otimizar a energia consumida em espaço público (entradas de Alcochete), através da utilização de novas tecnologias (LED).

Nº	Operações	Projetos
1	**Requalificação da Frente Ribeirinha da Vila**	*Requalificação da Av. D. Manuel I*
		Programa de animação cultural
2	**Regeneração Urbana e Revitalização Económica do Centro Histórico**	*Parque Urbano do Alto dos Moinhos*
		Requalificação da Rua do Norte e Largo da Misericórdia
		Requalificação do Largo Coronel Ramos da Costa e Largo João da Horta
		Requalificação do Mercado Municipal
		Melhoria das acessibilidades às ruas de comércio e serviços
		Requalificação do Miradouro Amália Rodrigues
		Reabilitação do Pontão
		Revitalização do Passeio dos Navegantes
3	**Arco Ribeirinho Sul**	*Arco Ribeirinho Sul*
4	**Rede de Equipamentos e Espaços Culturais**	*Museu Municipal*
		Núcleo Museológico de Molinologia (Praia dos Moinhos)
		Construção de um salão para espetáculos, ensaios musicais e ensino musical
		Envolvente paisagística do Fórum Cultural
		Centro de Interpretação do Porto dos Cacos/Porto das Anfôras
5	**Promoção da identidade cultural de Alcochete**	*Promoção de eventos de referência como as Festas Tradicionais (Julho mais Quente; Círio dos Marítimos; Festas do Barrete Verde; etc.)*
		Eventos e acções de promoção, divulgação e desenvolvimento do município (festivais de gastronomia; encontro de embarcações; festival internacional de papagaios; festival de expressões ibéricas; etc.)
6	**Qualificação e aumento da oferta de alojamento turístico**	*Complexo Turístico Alfoz*
		Complexo Turístico Tagus Spa Resort (Praia dos Moinhos - Secas do Bacalhau)
		PP Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca D' Alva
		Núcleo de Desenvolvimento Turístico do Rio Frio
7	**Valorização da Reserva do Estuário do Tejo**	*Equipamento (Potencial sede do ICNB e Centro de Investigação)*
		Carta Ecológica de Alcochete
		Candidatura Rede de Cidades Europeias Sustentáveis

		Centro de Interpretação da RNET (Parque Biológico)
		Modernização e diversificação da oferta didática do Centro de Interpretação da Reserva Natural do Estuário do Tejo
		Praia das Hortas
		Ampliação do Sítio das Hortas - Pólo de Animação Ambiental: criação de uma quinta pedagógica
		Projeto Municipal de Compostagem
		Percursos de descoberta da natureza e birdwatching
		Criação do Circuito Pedonal nas Salinas da Fundação João Gonçalves Júnior
		Eco-eficiência do espaço público
		Eficiência energética das entradas de Alcochete
8	**Valorização da ligação ao Tejo**	*Aquisição de embarcação tradicional - Bote de Leão*
		Cais Palafítico do Samouco
		Cais Palafítico do Sítio das Hortas
		Marina/ ancordor turístico
		Requalificação do espaço público com potencial turístico - valorização das praias do Samouco/Forno de Cal
9	**Qualificação das Áreas Residenciais - Habitat atrativo**	*Plano Local de Habitação*
		Elaboração de Planos de Pormenor (Alto dos Moinhos; Canto do Pinheiro; Cerrado da Praia; Quinta de Paços d' Arcos - Fonte da Senhora; zona envolvente ao Parque Urbano; zona envolvente à Sociedade Labor Samouquense; Passil Sul; Maçãs - AUGI)
		Revisão do PP Terra Nova (Samouco)
		Legalização da Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) do Terroal, com base em PP
		Estudo Urbanístico da Lagoa Cheia
		Estudo Urbanístico da Quinta da Soalheira
		Requalificação do Largo de São Brás e Praça da República no Samouco
		Requalificação do Largo do lago de São João (Igreja Matriz) e Largo da Misericórdia
		Requalificação do Monte do Passil
		Requalificação da Fonte da Senhora (Parque das Merendas)
		Construção de reservatórios apoiados em Alcochete e Samouco
		Rede Wi-fi na Quinta Praia das Fontes
10	**Melhoria da oferta de Serviços de Saúde e Acção Social**	*Centro de Dia de São Francisco (com a Santa Casa da Misericórdia)*

		Centro de Apoio a cidadãos portadores de deficiência em São Francisco
		Unidade de Cuidados Continuados em Alcochete (com a Santa Casa da Misericórdia)
		Centro Social do Samouco (Lar da 3ª Idade)
		Centro de Saúde de São Francisco
		Requalificação das áreas de acesso a equipamentos de apoio social
11	**Criação e Modernização de serviços de apoio ao cidadão**	*Criação da Loja do Cidadão de 2ª Geração*
		Criação de um Gabinete de Apoio ao Munícipe - Balcão Único
		Novo edifício dos Paços do Concelho - Modernização das instalações e dos serviços da administração local
		Arquivo Municipal de Alcochete
		Casa do Povo (ou Casa da Justiça)
12	**Desenvolvimento do Parque Escolar e Espaços Pedagógicos**	*Plano Estratégico de Educação*
		REGAL - Rede de Biblotecas Escolares
		Desenvolvimento da Rede Pré-Escolar
		Centro Escolar da Quebrada
		Centro Escolar do Samouco
		Centro Escolar de São Francisco
		Ampliação da Escola da Restauração de Alcochete (aguarda resposta refer. ao Av. 3)
		Construção Escola Básica 2º e 3º ciclo de Alcochete/São Francisco
		Requalificação do Espaço Exterior do Jardim de Infância do Samouco
		Requalificação e modernização de equipamentos da Fundação João Gonçalves Júnior
		Requalificação do Parque Escolar: Valbom e Monte Novo
13	**Requalificação dos Equipamentos Desportivos e de Lazer**	*Complexo Lúdico-Desportivo de Piscinas Municipais de Alcochete (cobertas e ao ar livre)*
		Complexo Desportivo de São Francisco (Construção do Pavilhão Desportivo e Reconversão do Polidesportivo)
		Reordenamento e Requalificação do Parque Desportivo de Valbom
		Construção de um Pavilhão Multiusos (Alto dos Moinhos) que sevirá também para exposições, feiras francas e mercados
		Programa de Requalificação e ampliação dos equipamentos desportivos municipais
14	**Consolidação da oferta cultural do concelho**	*Plano de Memórias do Município*
		Organização dos Jogos Desportivos Municipais e Jogos do Futuro

		Programa de Comemorações da Restauração do Concelho, do 25 de Abril, do 1º de Maio e do "Março - Mês da Juventude"
		Projeto "Fábrica da Cultura"
		Programa de animação cultural e do comércio
15	**Pólo Tecnológico da Coutadinha**	*Pólo Tecnológico da Coutadinha*
16	**Consolidação e Expansão das Áreas Empresariais e Logísticas**	*Requalificação do Parque Industrial do Batel*
		PP expansão área industria, comércio e serviços do Passil
		Espaço do empresário e empreendedorismo
		Quinzena Empresarial
17	**Rede de Acessibilidade Externa ao concelho**	*Nó de articulação no Passil de articulação entre a EN4 e a futura AE A33 (acesso ao NAL)*
		Novo acesso à Ponte Vasco da Gama
18	**Melhoria da Acessibilidade e Mobilidade Interna**	*Conclusão da Circular Interna e Alcochete*
		PEDAL - Plano de Eco-Mobilidade e Desenvolvimento de Alcochete
		Plano de Acessibilidades para Cidadãos portadores de mobilidade reduzida
		Plano de harmonização de sinalética e de mobiliário urbano
19	**Hospital Intermunicipal Alcochete-Montijo**	*Construção de um novo hospital*
20	**Observatório das dinâmicas locais, Planeamento e Monitorização Estratégica**	*Revisão do Plano Diretor Municipal*
		Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Alcochete
		Estudo de enquadramento estratégico (Parque Expo)
		Revisão do Plano Intermunicipal de Emergência e Plano Intermunicipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios
		Programa de Acão Territorial dos territórios de Alcochete, São Francisco e Samouco (revitalização económica e social)
		Observatório Económico-Social de Alcochete
		Plano de Marketing Territorial do concelho de Alcochete - Acções de comunicação, publicidade e marketing
		Programa de Acão Territorial com o Município de Palmela

Diagnóstico prospetivo

7. Diagnóstico prospetivo e integrado do concelho de Alcochete

7.1.Síntese Histórica de Alcochete

Alcochete é um concelho com identidade e orgulho face às suas origens históricas. As mais antigas referências à ocupação humana do concelho de Alcochete remontam ao período do **Paleolítico Inferior e ao Neolítico**, tendo sido identificados vestígios significativos como é o caso de **alguns instrumentos de pedra e fragmentos de cerâmica** que confirmam a presença de comunidades recolectoras e dos primeiros agricultores que exploraram este território.

As **escavações arqueológicas efetuadas no século XX** (em meados dos anos 80) **atestaram a presença romana**, ao longo da margem direita da Ribeira das Enguias, atendendo à presença de unidades de produção oleira, **das quais se destaca a de "Porto de Cacos"**, localizada na herdade de Rio Frio, onde se prevê que tenha existido produção contínua de ânforas entre os séc. I e V d.c.

Figura 4 - Vestígios arqueológicos encontrados na Ribeira das Enguias

No que se refere à ocupação Árabe, e apesar de não ter sido comprovada arqueologicamente, **o topónimo "Alcochete", com origem em "Al Caxete", parece derivar de uma expressão árabe** que significa "o forno". Por outro lado, de acordo com algumas análises no terreno efetuadas por especialistas, a Igreja Matriz (localizada no Largo de São João e edificada no séc. XIV) aparenta ter sido construída sobre um templo árabe. **Após o período da Reconquista, no séc. XII, Alcochete passou a integrar a área denominada pela Ordem de Santiago de Riba Tejo**. Nesta vasta região foi identificada a existência, já no século XIII, de vários povoados ribeirinhos que tinham como atividades principais a salicultura e a produção de vinho.

Em 1469 nasceu em Alcochete D. Manuel I "Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor do Comércio, da Conquista e da Navegação da Arábia, Pérsia e Índia", aquele que viria a ser conhecido como o "Venturoso" e tido como um dos monarcas mais influentes da Época Quinhentista. Com efeito, os Descobrimentos marcaram a economia e a sociedade deste concelho, local de onde partiam grandes quantidades de madeira e outros produtos como vinho, sal, fruta, caça e carvão, dando lugar à chegada de novos produtos e gentes motivando um desenvolvimento da base económica que se prolongou pelos séc. XVI e XVII.

Até ao século XIX o desenvolvimento do concelho foi efetuado essencialmente com base na agricultura, na criação de gado bravo e na extração de sal. Os transportes marítimos foram essenciais na medida em que potenciaram as trocas de mercadorias entre as duas margens do Tejo, ligando a Vila aos restantes aglomerados que se localizam junto ao rio.

Caixa 11 – A Carta de Foral de Alcochete concedida por D. Manuel I

No século XV o concelho do Ribatejo era constituído pelas primitivas freguesias de São Lourenço de Alhos Vedros e Santa Maria de Sabonha, **integrando este último, a Vila de Alcochete e de Aldeia Galega, Samouco e Sarilhos.**

No ano de 1515 Alcochete recebe Foral concedido pelo Rei D. Manuel I, consolidando a categoria de Vila que havia adquirido ao longo do século XV.

Alcochete era já nessa altura uma Vila moderna e um importante ponto de passagem em direção ao sul do país, local de estadia da corte e da nobreza e destacado centro de apoio logístico na época dos Descobrimentos atendendo à sua situação geográfica privilegiada em relação à capital do reino.

O Foral de Alcochete e Aldeia Galega é um documento histórico que fornece importantes informações sobre a época dos Descobrimentos e que dá indicações sobre a vida quotidiana das populações que aqui viviam, desde o vestuário, alimentação, comércio, mobiliário, os produtos industriais e de construção civil, a cerâmica e os metais. Por outro lado, este importante documento histórico definia as normas que regiam as relações dos habitantes entre si e com o rei, além de regular impostos, portagens, taxas, multas e estabelecer os direitos de proteção e obrigações militares.

D. Manuel I – O Venturoso

Imagem do Foral de Alcochete

Ainda no século XIX, mais especificamente no ano de 1895, **a história do concelho ficou marcada pela perda de autonomia e consequente dependência municipal face à Aldeia Galega**. Este acontecimento gerou grandes movimentações populares e um forte sentimento de angústia por parte da população, tendo igualmente despertado uma consciência global de identidade municipal que progressivamente foi ganhando expressão entre a população local. Alcochete acabou por ser restaurado como concelho no ano de 1898.

Até meados do séc. XX o concelho preservou a sua matriz predominantemente rural, tendo como fator fundamental para o seu desenvolvimento a atividade das secas do bacalhau. Em Alcochete localizava-se o maior centro de secagem em Portugal, em grande medida pelas excelentes condições climáticas existentes e pela facilidade com que os navios bacalhoeiros tinham em efetuar descargas.

O capítulo da história de Alcochete encerra com uma marca de resistência oferecida pelos populares ao regime do Estado Novo. Este período mais recente da sua história é igualmente marcado por algum abrandamento do seu desenvolvimento económico e social face: à rutura que se verificou ao nível do abastecimento de produtos à cidade de Lisboa; à substituição de sal-gema por sal marinho; à poluição do rio Tejo que levou à perda de abundância de espécies piscícolas no estuário e ao posicionamento de Alcochete no que concerne ao transporte ferroviário e rodoviário, **sendo de destacar a Ponte 25 de Abril**.

Nos últimos anos, mais especificamente em 1998, o concelho adquiriu um novo posicionamento no contexto da Área Metropolitana de Lisboa (AML) com a construção da Ponte Vasco da Gama.

7.2.Dinâmica demográfica, económica, cultural, ambiental e urbanística do concelho de Alcochete

Enquadramento Metropolitano e Sub-Regional

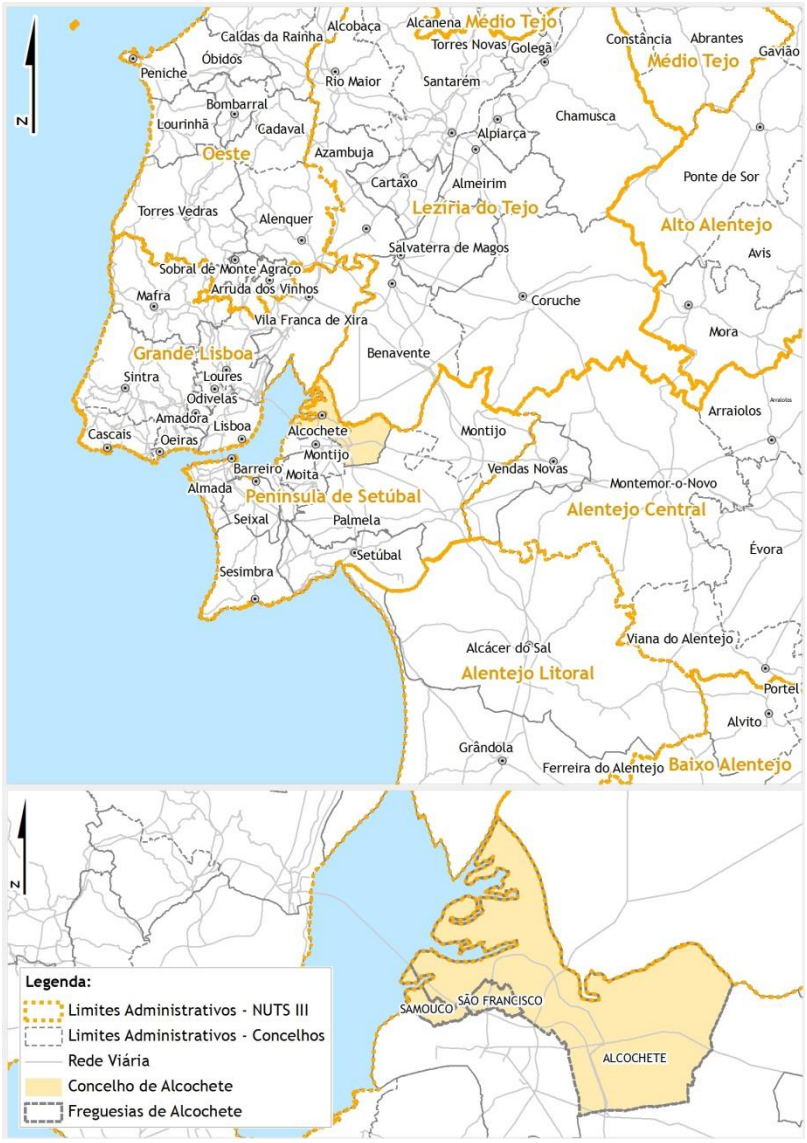
O município de Alcochete insere-se na principal centralidade do sistema urbano nacional, mais propriamente na Área Metropolitana de Lisboa (AML) que é constituída por 18 municípios.

Ao nível de NUTS III, o concelho integra-se na Península de Setúbal que é composta pelos concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

Alcochete **faz fronteira com a NUT III da Lezíria do Tejo, o que lhe confere alguns traços de identidade social e cultural** muito próprios dessa região, sendo de destacar a **tradição tauromáquica e o forte apego à religião**, que se pode constatar pelas festividades locais, como é o exemplo do Círio dos Marítimos ao Santuário de Nossa Senhora da Atalaia ou a Procissão da Nossa Senhora da Vida.

A área de polarização em que Alcochete se insere é caracterizada por uma dinâmica demográfica, económica e urbanística bastante expressiva, decorrente da relação que os seus concelhos mantêm com a cidade de Lisboa, **enquanto centralidade que ao longo dos anos se foi estendendo de forma difusa ao longo de todo o *hinterland* geográfico**, face ao desenvolvimento de novas infraestruturas viárias de ligação entre as duas margens do Tejo e à existência de bolsas de solos com potencial de edificabilidade para diferentes usos.

Figura 5 - Enquadramento Territorial



Com efeito, esta dinâmica de transformação do solo que caracteriza muito particularmente **os concelhos integrados na Península de Setúbal, principalmente os pertencentes ao Arco Ribeirinho Sul (ARS), conduziu à consolidação de dois subsistemas urbanos de referência**, a saber:

- O primeiro, que se configura espacialmente com a **polarização dos três grandes aglomerados de génese urbano-industrial da beira-rio (Almada, Barreiro e Seixal)**, marcados pelo legado da indústria pesada que no início dos anos 80 entrou em declínio face à incapacidade de internacionalização e ao predomínio de um tecido económico pouco dinâmico e diversificado;
- O segundo, que corresponde ao denominado **"bi-pólo" de Setúbal - Palmela**, apresenta uma relativa autonomia em relação a Lisboa, e onde nos últimos anos, com a implantação do complexo da Auto-Europa, em Palmela, **favoreceu o *cluster* relativo à investigação e desenvolvimento do sector automóvel**, que já havia sido um sector com expressão nesta sub-região.

Já no que se refere à **estrutura territorial interna verifica-se que o concelho de Alcochete possui uma área de 128,4 km^2**, o que equivale a cerca de 8% da área total da Península de Setúbal. No ano de 2011 a população residente total era de 17.569 habitantes, a que correspondia uma densidade populacional de 137 hab./km^2.

Do ponto de vista político-administrativo, o concelho encontra-se dividido em três freguesias -Alcochete, Samouco e São Francisco - onde se destacam os aglomerados urbanos homónimos que em termos de geometria espacial formam um "arco urbano" que de certa forma estreita a relação entre a rede urbana e os valores naturais patentes no estuário.

Neste contexto, importa ainda destacar um outro conjunto de aglomerados que, do ponto de vista hierárquico, possuem menos expressão como é o caso do **Passil, Fonte da Senhora, Rego da Amoreira e Vale Figueira que têm vindo a registar uma dinâmica populacional positiva**.

No que se reporta à matriz de povoamento, constata-se que este é um concelho que evidencia fortes traços de urbanidade, com destaque para os aglomerados referentes às sedes de freguesia e também de génese rural, atendendo às raízes profundas que se baseiam nas atividades agrícolas e na criação do gado e nas suas tradições, nomeadamente, o seu apego à "festa brava" o que evidencia a grande relação, para além de geográfica, também cultural, à Lezíria do Tejo.

Caixa 12 – Freguesia de Alcochete

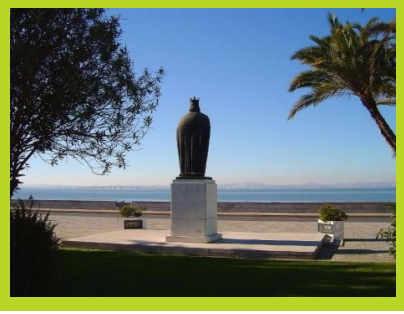
Em finais do século XIX, a freguesia de Alcochete era uma zona de veraneio muito apreciada pelos Lisboetas. Desde o século XVII que as atividades mais relevantes têm sido a agricultura, a exploração do sal e a atividade piscatória.

Esta freguesia ocupa uma área de 119,4 km^2 e possui 12.239 habitantes (2011), ou seja, ocupa cerca de 93% da área concelhia e aí residem pouco mais de dois terços da população. É na Vila de Alcochete que se concentram os serviços e os equipamentos de maior importância do concelho, constituindo-se como o polo aglutinador da população residente.

Os elementos principais do seu património são a olaria romana do Porto dos Cacos, a Igreja de São João Baptista, a Capela de Nossa Senhora da Vida, a Capela do Espírito Santo, a Igreja da Misericórdia de Alcochete, o Pelourinho de Alcochete e a Ermida de Santo António da Ussa.

No que se refere aos elementos naturais destacam-se a Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET), a herdade Barroca d'Alva, a praia fluvial "Praia dos Moinhos" e as Salinas.

Por último, destaca-se o pôr-do-sol que é possível apreciar ao longo de toda a frente ribeirinha da freguesia de Alcochete, sendo de destacar os locais de maior amplitude cénica como o Miradouro das Palmeiras, hoje denominado "Miradouro Amália Rodrigues".



Caixa 13 – Freguesia de Samouco

As origens desta freguesia remontam ao século XIII, com o aparecimento de pequenos povoamentos ribeirinhos ligados à exploração das salinas.

O povoamento do então lugar de Samouco teve início no século XII, tendo como base a fixação de pessoas, atraídas pelo trabalho rural, realizado nas quintas existentes no território cuja produção agrícola abastecia Lisboa. No entanto, as escavações arqueológicas efetuadas durante a construção da Ponte Vasco da Gama, revelaram a existência de uma abundante indústria lítica no Sítio da Conceição, que remonta ao Paleolítico Médio, confirmando a presença humana desde esse período.

Atualmente, a freguesia do Samouco ocupa uma área de 4,8 Km^2 e possui 3.143 habitantes (2011). A zona ribeirinha de Samouco continua a ser ponto de encontro da povoação local e visitantes que, na procura de momentos de lazer, desfrutam da Praia Fluvial, do Parque de Merendas e de uma Zona de Lazer, composta por uma área total de 13.700 m^2.

Em termos de património religioso, os seus elementos principais são a Igreja de São Brás e a Ermida de Nossa Senhora da Conceição dos Matos. No que concerne à arquitetura civil, o núcleo urbano antigo de Samouco integra uma diversidade de edifícios que, na sua maioria, apresentam uma tipologia de construção de casas de habitação, algumas delas datadas do século XIX.

Caixa 14 - Freguesia de São Francisco

O povoamento deste território foi motivado pela exploração de salinas e pela plantação e cultivo de vinhas, tendo este decorrido de forma bastante fragmentada, por iniciativa da Ordem de Santiago e de outras ordens monástico-conventuais, sediadas em Lisboa.

Com uma área de 4,2 km^2 e uma população de 2.187 habitantes (2011), a freguesia de São Francisco situa-se na orla ribeirinha do Tejo, entre Alcochete e Samouco.

Este espaço territorial encontra-se em grande transformação, quer a nível populacional, quer urbanístico. É notório o crescimento do núcleo urbano, sem, no entanto, perder o seu carácter rural, mantendo além da sua tranquilidade e hospitalidade, as suas tradições, como são as tradicionais Festas de Confraternização Camponesa, que se realizam todos os anos no mês de Junho.

Dinâmica demográfica e económica do concelho

O conhecimento do posicionamento do concelho de Alcochete no contexto nacional e regional é fundamental para perceber as potencialidades de desenvolvimento a que este território está sujeito, bem como a identificação dos potenciais fatores impeditivos desse desenvolvimento (Quadro 1). Neste sentido, a identificação e o aproveitamento das sinergias criadas pelos recursos e potencialidades endógenas do concelho são essenciais para a definição da Visão e da Estratégia.

O concelho de Alcochete destaca-se pela movimentação populacional favorável observada, com uma taxa de crescimento demográfico no período entre 2001-2011 na ordem dos 35%, apesar de ser o concelho que menos população possui (17.569 hab. em 2011).

Este crescimento, quando comparado com os valores apurados para a Península de Setúbal (9%), para a Grande região de Lisboa (6%) e para o país (1,99%), **reforçam a ideia de que Alcochete é um dos concelhos mais emergentes da península de Setúbal** em termos de crescimento populacional, apesar de possuir apenas 2,3% da população residente nesta região. Neste contexto, importa destacar o peso dos concelhos de Almada, Seixal e Setúbal, onde residem cerca de 58% do total de população residente nesta região.

No que se refere ao indicador da densidade populacional, e em comparação com os restantes concelhos da Península de Setúbal, Alcochete apresenta um reduzido nível de concentração populacional - 137 pessoas por km^2.

No entanto, se efetuarmos o exercício no sentido de aferir o desempenho deste indicador no que se refere exclusivamente ao território concelhio não afeto a áreas condicionadas do ponto de vista ambiental [1], constatamos que a densidade populacional cresce exponencialmente atingindo o valor de 855 hab./km^2, superando a média dos concelhos da NUT III Península de Setúbal (505 hab./km^2).

Em relação à estrutura etária da população, **o concelho de Alcochete revela um índice de envelhecimento abaixo do referencial 100**, o que indica que possui uma maior proporção de jovens (0-14 anos) relativamente à população idosa (65 ou mais anos). O concelho do Barreiro surge, por sua vez, como o território com maior incidência do fenómeno de envelhecimento populacional.

No território de Alcochete **foram identificados 1.780 estabelecimentos empresariais que geram 5.979 postos de trabalho**, tendo em média cerca de 1013 unidades empresariais por cada 10 mil habitantes, valor mais elevado de entre os concelhos usados para comparação.

Importa ainda destacar que a população residente em Alcochete regista um poder de compra superior à média nacional em cerca de 24% e que os restantes concelhos da Península de Setúbal ficam aquém deste valor.

[1] O território de Alcochete é constituído por uma área total de 128,4 km2. Tendo por base este valor base foi excluída uma "mancha" que compreende territórios afetos a diretrizes e condicionantes ambientais tais como: Sítios da Rede Natura, Zonas de Proteção Especial (ZPE), Área Protegidas (AP) e ocorrências da Carta de Condicionantes do PDM de Alcochete (RCM n.º 141/97, de 17 de Julho), as quais circunscrevem uma área total de 107,22 km2. Deste modo, atendendo aos valores apurados, cerca de 84% do território de Alcochete se encontra condicionado pelos regimes acima descritos.

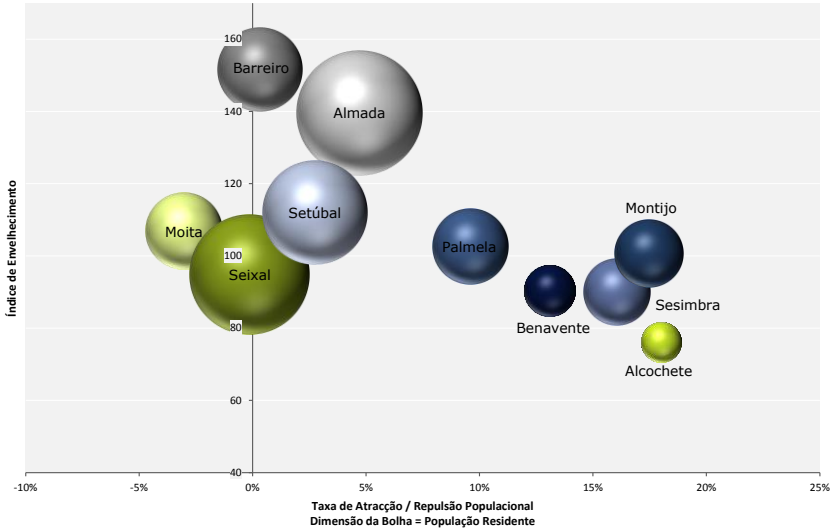
Quadro 1 – Alcochete no contexto regional e nacional

	Área	População				Densidade Populacional	Índice de envelhecimento	Unidades Empresariais	Pessoal ao Serviço	Índice de Poder de Compra
	Km²	Nº habit.	Var. 2001-11	Estimativa 2012	Estimativa 2013	Pop. Resid./ Km2	Índice	Nº Estabelecim.	Nº	(PT=100)
	2013	2011	2001-2011	2012	2013	2011	2011	2012	2012	2011
Almada	70,2	174.030	8,2%	172.206	170.756	2478,7	139,6	16.850	40.236	109,8
Barreiro	36,4	78.764	-0,3%	77.941	77.212	2164,4	151,6	6.309	17.673	100,2
Moita	55,3	66.029	-2,1%	65.831	65.433	1194,9	106,9	4.487	10.854	81,3
Montijo	348,6	51.222	30,8%	53.233	53.939	146,9	100,7	5.105	14.083	104,0
Palmela	465,1	62.831	17,8%	63.694	63.752	135,1	102,7	5.911	24.427	100,0
Seixal	95,5	158.269	5,3%	161.436	162.516	1657,3	94,9	14.040	31.592	94,1
Sesimbra	195,5	49.500	31,8%	50.214	50.337	253,2	90	4.726	9.925	96,1
Setúbal	230,3	121.185	6,4%	119.799	118.689	526,1	112	11.845	37.621	107,3
Benavente	521,4	29.019	24,8%	29.683	29.908	55,7	90,4	2.799	9.155	98,6
Alcochete	**128,4**	**17.569**	**35,0%**	**18.175**	**18.410**	**136,87**	**76,2**	1.780	5.979	123,5
GRANDE LISBOA	1390,0	2.042.477	4,9%	2.035.859	2.026.481	1469,4	119	254.112	896.667	142,4
PENÍNSULA DE SETÚBAL	1625,3	779.399	9,1%	782.529	781.044	479,6	113,2	71.053	192.390	101,1
LLISBOA (NUT II)	3015,2	2.821.876	6,0%	2.818.388	2.807.525	935,9	117,4	325.165	1.089.057	131,0
PORTUGAL	92225,2	10.562.178	2,0%	10.487.289	10.427.301	114,5	127,8	1.116.181	3.490.789	100,0

Fonte: INE, SCIE, Censos e Estimativas da População Residente, 2013

No que respeita ao crescimento efetivo populacional, a generalidade dos concelhos da Península de Setúbal apresenta níveis relativamente significativos, com exceção do Barreiro e Moita onde o grau de atratividade reflete um progressivo envelhecimento populacional agravado por uma tendência de êxodo demográfico para outros concelhos (Gráfico 1). **A taxa de atração/repulsão populacional registada no período de 2001-2011 em Alcochete indicia que o território exerce uma forte atração na captação de população**, apesar da população residente no concelho ser a mais baixa da Península de Setúbal, mas, ainda assim, com uma relativa capacidade de "rejuvenescimento" populacional, superior à média da Grande Região de Lisboa (GRL).

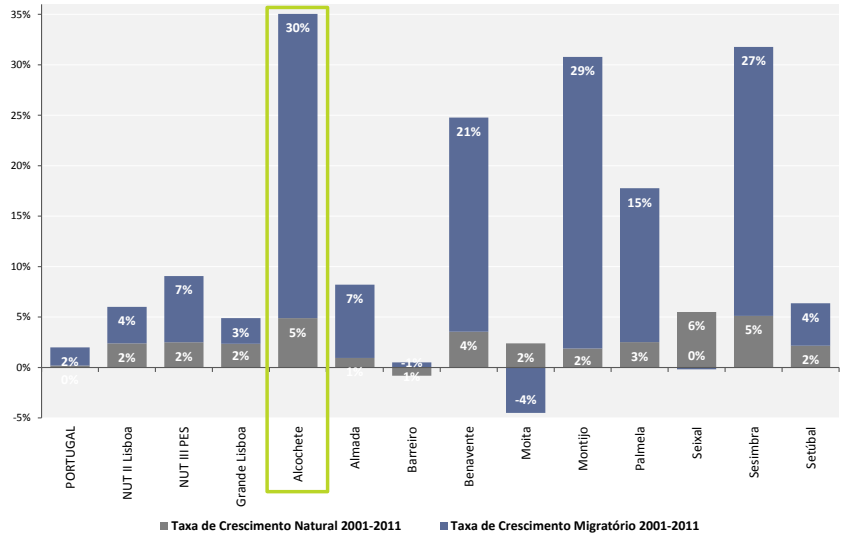
Gráfico 1 - Taxa de atração/repulsão populacional e Índice de envelhecimento, 2001-2011



Fonte: INE, Estimativas da População Residente, 2011

Por outro lado, **Alcochete é dos concelhos da Península de Setúbal com maior ritmo de crescimento populacional**, registando uma evolução consideravelmente superior a todos os outros concelhos em análise, ultrapassando os valores médios observados na Grande região de Lisboa (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Decomposição da taxa de crescimento populacional 2001-2011 Componente natural e migratória



Fonte: INE, Estimativas da População Residente, 2011

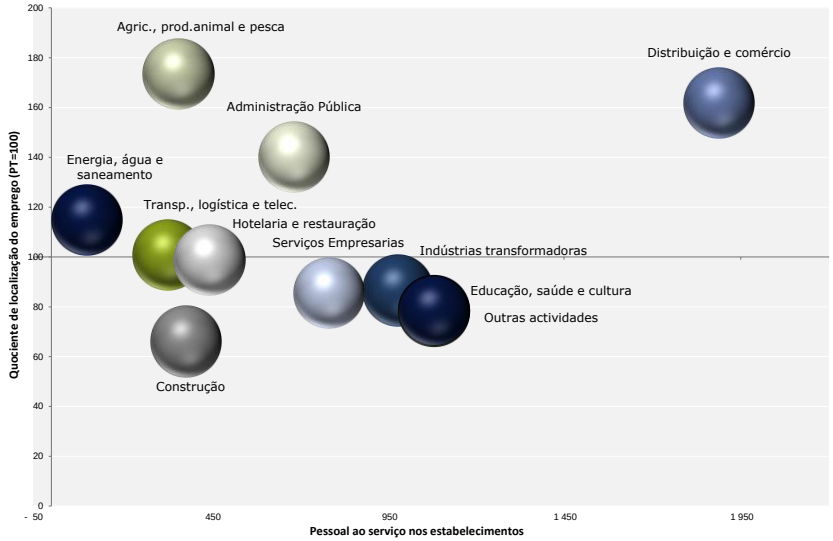
Benavente, Montijo e Sesimbra acompanham a taxa de crescimento efetivo de Alcochete entre 2001 e 2011, que se traduz por fortes efeitos de captação de população residente (elevadas taxas de crescimento do saldo migratório) acompanhados, de forma não tão significativa, por taxas de crescimento natural positivas.

Esta área apresenta, na sua globalidade, uma dinâmica demográfica positiva e relativamente mais forte que as dinâmicas do país ou da Grande Região de Lisboa, evidenciando o movimento, em curso, de expansão territorial da Área Metropolitana de Lisboa, a Norte e a Sul/Nascente.

Especialização Produtiva

O perfil produtivo do concelho revelava, em 2011, um conjunto de atividades bastante diferenciado, sendo de assinalar **a significativa expressão da atividade agrícola, comparativamente à média nacional**. O sector agrícola é, neste espaço territorial, caracterizado por uma reduzida estrutura fundiária das explorações, pelos baixos níveis de produtividade, por um tecido associativo fragilizado e por fortes entraves ao investimento financeiro e à inovação, dado o perfil dos produtores. Em termos absolutos, o pessoal ao serviço em atividades relacionadas com a agricultura, produção animal e pesca é, efetivamente, bastante limitado.

Gráfico 3 - Perfil produtivo, 2011



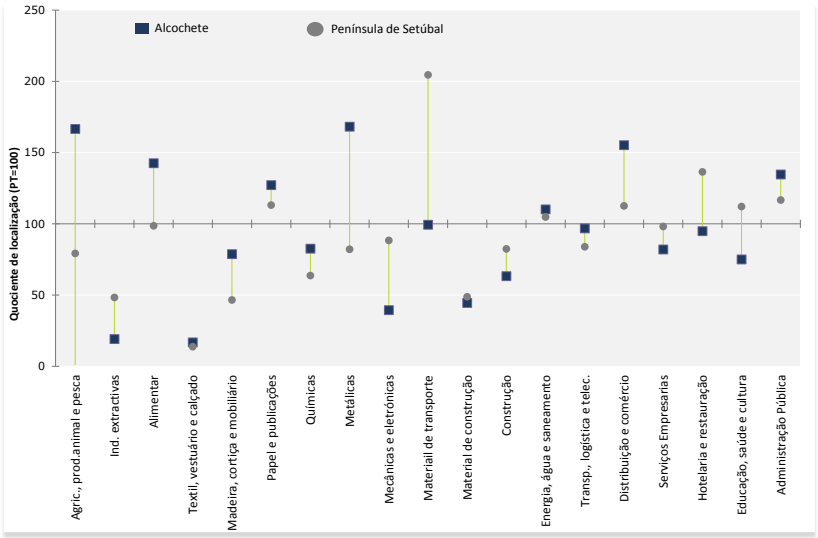
Fonte: Censos, 2011

À significativa especialização do concelho em atividades relacionadas com a agricultura, associa-se à sobre-representatividade do sector do comércio por grosso e a retalho, que se destaca em termos do pessoal ao serviço, muito por efeito do impacto da localização da grande área comercial (*outlet*) de Alcochete. Por outro lado, é também evidente a evolução positiva do sector secundário no concelho de Alcochete, onde a construção (em termos do número de estabelecimentos) e as indústrias transformadoras (em pessoal ao serviço) revelaram um maior crescimento nos últimos anos.

Em termos sectoriais, também **o sector da energia revela um forte potencial de valorização económica dos recursos naturais da região**,

podendo identificar-se algumas oportunidades de dinamização de soluções inovadoras e experimentais nos domínios da eficiência energética, da produção e da promoção do consumo de energias renováveis (solar, hidráulica, etc.) que, se devidamente exploradas, poderão induzir o concelho na adoção de novos modelos energéticos para a mobilidade, ambientalmente mais sustentáveis. É neste sentido que, conjuntamente com o Barreiro, a Moita e o Montijo, Alcochete é membro da Agência Regional de Energia (S.energia), que se constitui como uma associação privada sem fins lucrativos, que tem por objetivo "contribuir para a eficiência energética nestes concelhos, para o melhor aproveitamento dos recursos energéticos endógenos e para a gestão ambiental na interface com a energia, tendo em vista a promoção de um ambiente local sustentável".

Gráfico 4 - Quociente de localização do emprego, 2011

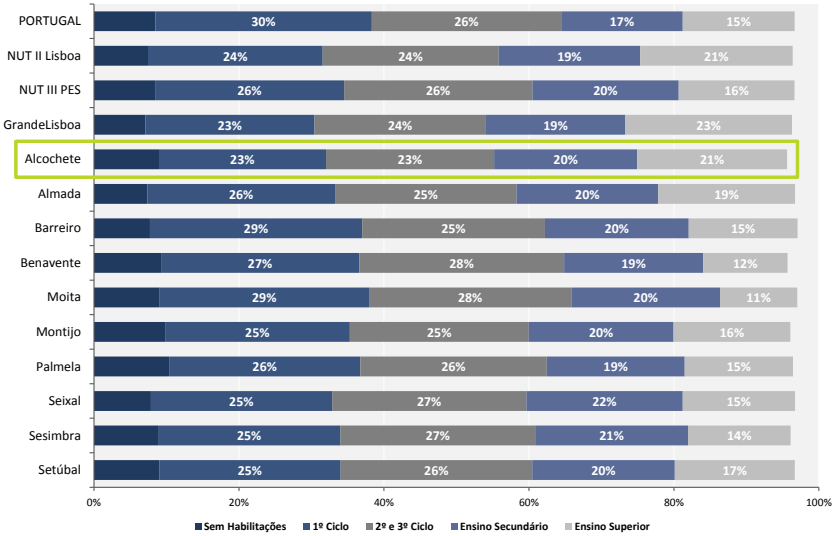


Fonte: Censos, 2011

O enquadramento do concelho na NUT III Península de Setúbal deixa transparecer uma situação menos favorável para o concelho, quer em termos do *ranking* da distribuição de empresas na região (onde ocupa a última posição), quer no tocante ao respetivo volume de vendas (onde é penúltimo, **muito por efeito do fracasso do modelo económico vigente até à data de 90, baseado em atividades industriais de cariz tradicional, sobretudo pertencentes à fileira das pescas)**. No que concerne à repartição do emprego segundo a dimensão da empresa, e comparativamente à estrutura evidenciada na Península de Setúbal, a respetiva distribuição no concelho denota um ligeiro enviesamento da estrutura empresarial em favor das empresas de média dimensão, em detrimento das pequenas empresas, ainda que, à semelhança do verificado em todo o país, o tecido produtivo seja muito atomizado (96% das empresas têm menos de 10 trabalhadores).

Segundo os dados do Censos 2001, **o perfil habilitacional de Alcochete evidenciava que cerca de 19,68% da população ativa residente no concelho detinha habilitações ao nível do ensino secundário ou superior**, valor relativamente superior aos 16,76% da média nacional, mas globalmente em linha com os concelhos de proximidade. Contudo, uma análise mais detalhada permite constatar, do ponto de vista das habilitações ao nível do sector secundário, a preponderância do número de pessoas com escolaridade ao nível do 1º ciclo. Contudo, a representatividade da população empregada com habilitações ao nível do ensino superior tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos.

Gráfico 5 - Perfil habilitacional da população ativa, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

O concelho tem beneficiado, de forma evidente, da concretização dos diversos investimentos planeados ao nível da rede rodoviária nacional que serve a sub-região da Península de Setúbal e a sua envolvente, gerando um potencial acrescido nas suas acessibilidades regionais, nacionais e internacionais, com reflexos diretos em termos da sua inserção territorial e de desenvolvimento económico regional.

É neste enquadramento que, **num futuro próximo, que se espera de relativa "turbulência" empresarial, seja da maior relevância a adoção de iniciativas relativas à prestação de serviços e à dinamização de iniciativas de apoio aos empresários**, tendo em vista a promoção do tecido empresarial e a projeção do concelho como local privilegiado para o acolhimento de novos investimentos na região. Tais fatores, conjuntamente com iniciativas promotoras e de valorização da componente turística, afiguram-se como determinantes do sucesso da estratégia de captação de investimentos e, por conseguinte, da revitalização económica do concelho de Alcochete.

Rede viária e mobilidade funcional

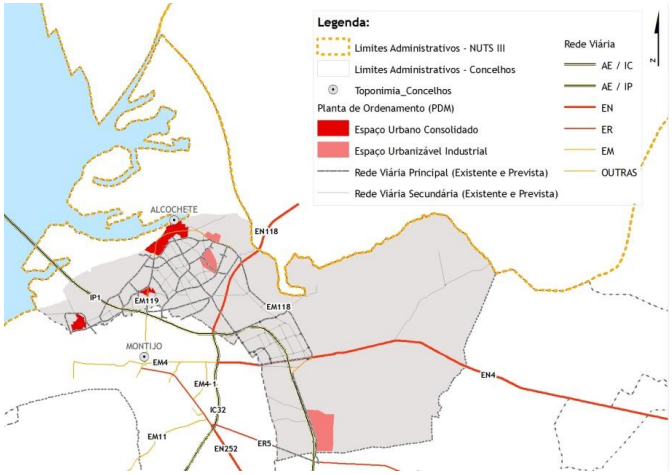
A estrutura viária de Alcochete encontra-se definida em função de um conjunto de eixos de âmbito regional que lhe conferem uma **posição estratégica no contexto da AML**, nomeadamente atendendo à **proximidade do concelho à Ponte Vasco da Gama**.

Figura 6 - Estrutura viária regional

Efetuando uma **leitura global sobre o esquema viário do concelho**, devemos destacar:

- **O conjunto de vias que formam o sistema estruturante do concelho** que se articula em função do **IP1/A12**, e **que facilita a ligação S-N** e a conectividade à cidade de Lisboa, através da Ponte Vasco da Gama, e a Setúbal / Palmela; **O IC32** que promove a ligação com os concelhos do Arco Ribeirinho Sul e restantes da Península de Setúbal; **A EN118** que promove a ligação com o corredor Porto Alto / Benavente / Vila Franca de Xira; **A EN4** que facilita a ligação ao eixo Pegões / Vendas Novas / Évora;
- **Do ponto de vista interno** destacam-se um conjunto de eixos que estruturam a mobilidade rodoviária, essencialmente no sentido Sul-Norte como é o caso do **CM1203, EM502 e CM1204**, sendo ainda de assinalar a importância do eixo **CM1004** (também designado por caminho real) que promove a conectividade interna.

Figura 7 - Estrutura viária concelhia



Importa ainda assinalar um conjunto de **eixos que se preveem concretizar no futuro**, a saber:

- **O lanço da A33 que promoverá a conectividade ao Novo Aeroporto de Lisboa** (NAL)[2] e que se interliga com a futura **Circular Interna da Península de Setúbal (CRIPS)**, permitindo a possibilidade de desenvolver um segundo nó de ligação do concelho de Alcochete ao IP1/A12 e Ponte Vasco da Gama;
- No que concerne à rede interna importa frisar a intenção da autarquia em desenvolver um conjunto de eixos como a **circular interna, intermédia e externa, que permitirão estruturar as ligações Este-Oeste**, promovendo a melhoria das condições de mobilidade entre os aglomerados de Alcochete – São Francisco – Samouco.

No que respeita aos **movimentos pendulares** (casa – trabalho e vice-versa), verifica-se que **o concelho gera 7.043 postos de trabalho e apresenta um saldo de emprego negativo, isto é as saídas superam as entradas de trabalhadores.**

A dinâmica de pendularização de Alcochete é essencialmente explicada pela polarização exercida pelos concelhos de Lisboa e Montijo.

Especificamente no que se reporta às entradas de trabalhadores constata-se que cerca de 38% dos indivíduos são residentes no concelho do Montijo e cerca de 28% residentes num conjunto de concelhos composto por Palmela, Moita, Lisboa e Setúbal.

Em termos de sectores de emprego verifica-se que a maioria dos movimentos de entrada em Alcochete são motivados por indivíduos que exercem a sua atividade profissional na área da distribuição e comércio (32%), educação, saúde e cultura (12%) e serviços empresarias (10%).

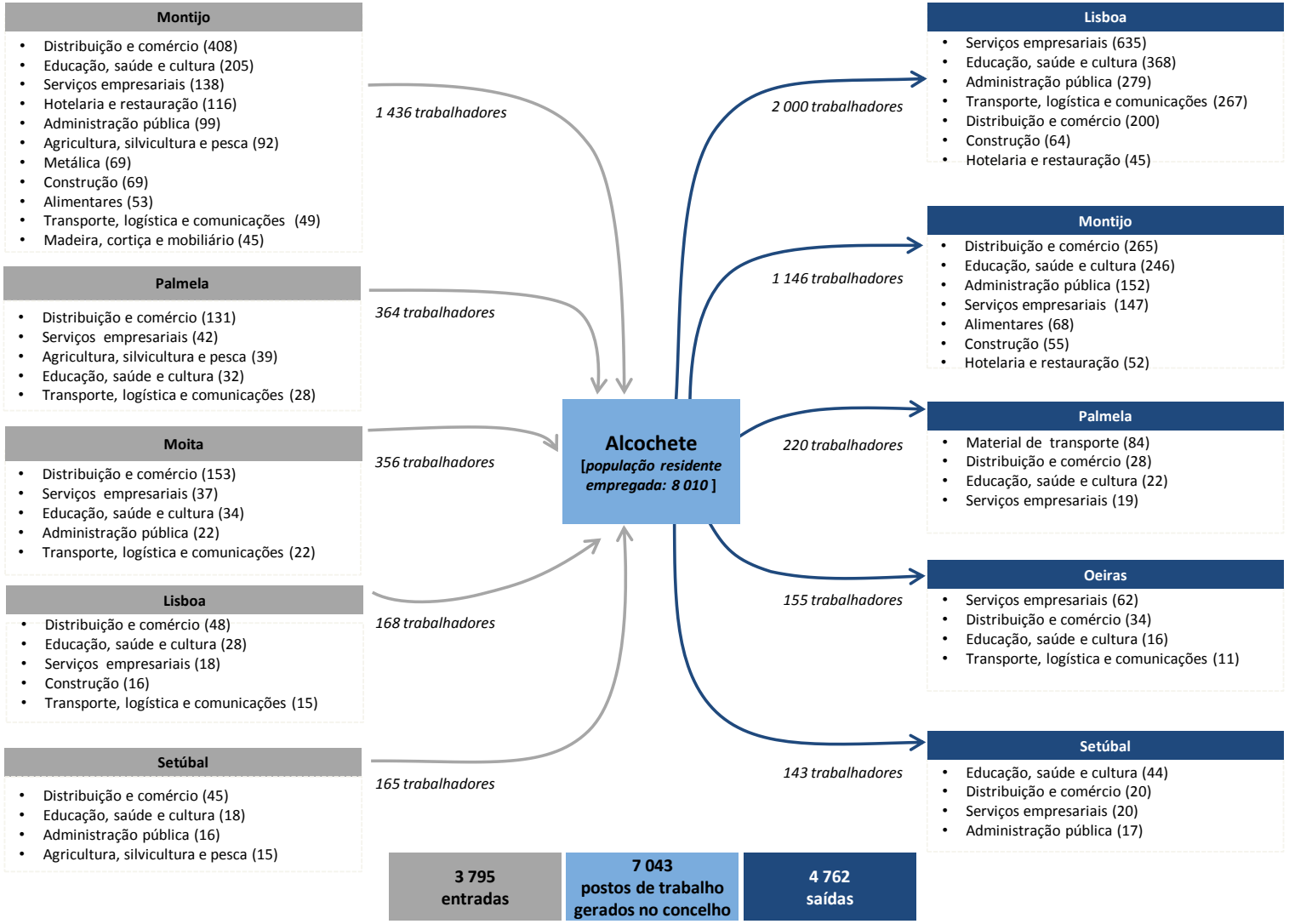
Já no que respeita às saídas de trabalhadores constata-se que a esmagadora maioria da população residente empregada desloca-se em direção aos concelhos do Lisboa (cerca de 42%), Montijo (cerca de 24%) e Palmela (5%).

Especificamente no que respeita aos sectores de emprego verifica-se que os movimentos de saída são sobretudo direcionados para os serviços empresariais (cerca de 22%), educação, saúde e cultura (19%), distribuição e comércio (15%), e administração pública (13%).

Estes valores revelam, por um lado, a relação que Alcochete possui face aos concelhos do **Arco Ribeirinho Sul** e ainda com **Palmela e Setúbal**. Por outro lado, a atração que a **cidade de Lisboa** exerce sobre os restantes municípios que compõem a Área Metropolitana de Lisboa, **enquanto importante bolsa de emprego, de prestação de serviços e de equipamentos**. Tendo presente os desafios que se avizinham para o sistema urbano da Península de Setúbal, nomeadamente através da concretização de um conjunto de projetos de carácter estruturante do ponto de vista regional e nacional, é expectável que as relações que Alcochete hoje estabelece com os concelhos limítrofes se possa vir a intensificar. Nesse sentido, **é necessário garantir a existência de um conjunto de condições basilares, nomeadamente relacionadas com uma oferta residencial diferenciada e suportada por equipamentos e serviços de qualidade que permitam atrair e fixar um determinado *target* populacional.**

[2] Traçado não definido

Figura 8 - Movimentos pendulares - Entradas e Saídas

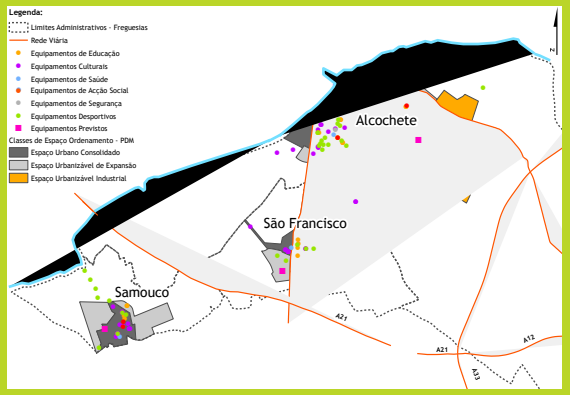


Caixa 15 - Rede de equipamentos coletivos de Alcochete

Os equipamentos coletivos são elementos estruturantes e de atratividade para os territórios em que se inserem, no sentido em que promovem o bem-estar e a qualidade de vida da população ao assegurarem o acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer.

Especificamente no que se reporta ao concelho, **verifica-se que é na Vila de Alcochete que se concentram a maior parte dos equipamentos e dos serviços de hierarquia superior**, constituindo-se como o pólo urbano aglutinador de funções ligadas com a educação, cultura, desporto, saúde e segurança, não obstante a existência de equipamentos coletivos noutros locais do concelho, nomeadamente nos aglomerados de Samouco e de São Francisco.

Figura 9 - Rede de equipamentos nos principais aglomerados



No que concerne aos **Equipamentos Escolares**, estes pautam-se pela existência de 6 Jardins de Infância, 1 Escola Secundária, 1 Escola do Ensino Básico de 2º e 3º Ciclo, 4 escolas do Ensino Básico do 1º Ciclo e mais 2 Escolas do Ensino Básico de 1º Ciclo que incluem Jardim de Infância. Relativamente aos equipamentos escolares de nível superior verifica-se que não existe nenhum. Importa ainda destacar o diagnóstico desenvolvido na **Carta Educativa de Alcochete (dados 2005)** onde é assinalado que o **concelho se encontra razoavelmente servido de equipamentos**, atendendo aos quantitativos populacionais, embora ao nível do ensino pré-escolar e do 1º Ciclo Ensino Básico existam algumas carências.

Em termos dos **Equipamentos de Saúde,** existe 1 Centro de Saúde e 4 extensões do mesmo. Por outro lado, a Carta Educativa aponta ainda que o concelho dispõe de 3 farmácias, 6 clínicas/centros médicos, 2 laboratórios de análises clínicas, 1 centro de fisioterapia/reabilitação e 3 clínicas dentárias. Do ponto de vista da cobertura, verifica-se que esta é consideravelmente razoável, sendo no entanto de destacar o caso específico das farmácias que revelavam ser insuficientes face ao rácio definido oficialmente para a melhor cobertura farmacêutica.

Particularmente, no que se reporta aos **Equipamentos de Ação Social,** constata-se que em Alcochete existe um total de 8 equipamentos, distribuídos pelo apoio à infância e à 3ª idade. Ainda, segundo a Carta Educativa, o concelho terá que apostar no apoio domiciliário e na implementação de um lar.

A dotação da rede de **Equipamentos Desportivos**, composta por um conjunto de 46 equipamentos, é satisfatória quando avaliada do ponto de vista dos seus potenciais utilizadores, na medida em que cada habitante tem em média, 3,5 m^2 de superfície desportiva útil, embora a dimensão não chegue a atingir o que é recomendado pelas normas europeias - 4 m^2.

A rede de **Equipamentos Culturais e Recreativos** materializa-se nas 46 associações culturais, recreativas e desportivas existentes. Para além da existência das associações, destaca-se ainda as seguintes valências: Fórum Cultural, Museu Municipal com três núcleos (núcleo de arte sacra, núcleo sede e núcleo do sal), Biblioteca Municipal, Praça de Toiros, Posto de Turismo e o Sítio das Hortas (pólo ambiental). No que se reporta aos **Equipamentos de Prevenção e Segurança** verifica-se a existência de 1 posto da GNR e de 1 quartel de bombeiros.

Em termos de futuro encontra-se previsto o desenvolvimento de 4 novos equipamentos coletivos, como é o caso de um Pavilhão Multiusos, 2 Escolas do Ensino Básico do 1.º Ciclo a implementar em Quebradas e em São Francisco e o desenvolvimento de outra extensão do Centro de Saúde de Alcochete.

Valores naturais e paisagísticos

A proximidade da Vila de Alcochete com a Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET) constitui, só por si, um atrativo para os que gostam de desfrutar de momentos únicos de proximidade com a Natureza.

A Reserva Natural do Estuário do Tejo destaca-se como área de invernada para mais de 120.000 aves aquáticas. A melhor altura para a sua observação decorre de meados de Novembro a finais de Março, altura em que podem ser observadas uma grande variedade de espécies - alfaiates, flamingos, patos, garças, maçaricos, pilritos e gansos. Nos restantes meses, no período de nidificação, podem ser observadas espécies de pernilongos, borrelhos, patos, andorinhas-do-mar-anã e perdizes-do-mar.

A RNET é ainda caracterizada pela existência de vestígios que remetem para as atividades tradicionais do concelho. Um bom exemplo são as **Salinas do Samouco, vestígio da atividade salineira, outrora considerada uma das maiores atividades económicas do concelho.**

Rica em diversidade, a RNET é uma área que a ser vivenciada, seja de bicicleta, de carro, num passeio pedestre ou ainda na embarcação tradicional *Alcatejo,* que permite ao visitante adquirir uma visão completamente diferente da Reserva. **Desde 1989 que a *Alcatejo* – embarcação típica do rio Tejo – promove viagens turísticas no rio Tejo**, que além de agradáveis momentos de convívio, trazem para a atualidade as antigas práticas de navegação e as viagens efetuadas nas inúmeras embarcações que se cruzavam no Tejo (note-se que a embarcação transporta anualmente, em média, cerca de 4.000 passageiros).

O Município de Alcochete **reforçou o desenvolvimento da sua política ambiental com a inauguração do Pólo de Animação Ambiental**, um espaço dedicado à educação ambiental e ao desenvolvimento sustentável, resultante de uma parceria entre a Câmara Municipal de Alcochete, o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e o *Freeport Outlet*.

Constituído por duas áreas distintas – Sítio das Hortas e Pinhal das Areias – o Pólo de Animação Ambiental tem por missão sensibilizar a comunidade escolar para a adoção e valorização de boas práticas ambientais, de forma a preservar o ambiente e utilizar os seus recursos naturais. O **Sítio das Hortas** possui várias infraestruturas de apoio às atividades de animação ambiental, entre as quais uma plataforma a partir da qual o visitante pode observar, durante a maré vazia, inúmeras aves aquáticas que habitam na Reserva Natural do Estuário do Tejo. O **Pinhal das Areias**, com uma área de 13 hectares, disponibiliza um circuito de manutenção e trilhos onde o visitante pode observar as aves não aquáticas.

Esta é uma área de especial valor ecológico e de elevada qualidade paisagística e ambiental, o que proporciona uma oferta rica e diversificada, que com a futura **requalificação da Frente Ribeirinha de Alcochete** (Caixa 16) irá aumentar o potencial turístico existente, nomeadamente atendendo a toda a simbiose que neste território se conjuga entre o passeio público ribeirinho, o eixo funcional e o centro histórico, isto é, a simbiose natural que é oferecida pela ligação do Estuário do Tejo com a Vila de Alcochete, ampliada pela existência de um tecido urbano consolidado pela ação do homem, dotado de elementos de interesse arquitetónico/ urbanístico (alguns classificados), inseridos num contexto espacial de elevado valor ambiental e paisagístico que se encontra classificado como Reserva Natural.

Caixa 16 - Frente ribeirinha: território com potencial turístico

As frentes ribeirinhas, enquanto territórios de excelência, têm vindo a ser profundamente refletidos e debatidos em matéria de planeamento e desenvolvimento urbanístico, nomeadamente tendo presente a oportunidade que representam para a competitividade e desenvolvimento de algumas vilas/Cidades.

No caso específico de Alcochete, a ligação entre o Estuário do Tejo com o casco antigo da Vila, constitui-se como um importante e valioso património social, cultural e físico, **inserido num contexto espacial de elevado valor ambiental e paisagístico que se encontra classificado como Reserva Natural**.

Paralelamente, a frente ribeirinha constitui-se como o principal eixo funcional da Vila de Alcochete, enquanto local privilegiado e de encontro dos habitantes de Alcochete, dotado de numerosos estabelecimentos de comércio e de serviços, onde se localizam os Paços do concelho e alguns serviços administrativos da Autarquia e onde se realizam habitualmente a esmagadora maioria dos eventos tradicionais, ligados à cultura local.

Este tecido é caracterizado por se constituir como uma zona especial de proteção do ponto de vista patrimonial, sujeita a um estatuto e a regras específicas tuteladas pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), integrando vários imóveis classificados e em vias de classificação, de interesse nacional[3].

[3] A Igreja Matriz (Monumento Nacional – MN, Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910); A Igreja Nossa Senhora da Vida (Imóvel de Interesse Público – IIP, Dec. Nº 2/96, DR 56 de 6 de Março 1996); E a Igreja da Misericórdia (Imóvel de Interesse Público – IIP, Dec. Nº 2/96, DR 56 de 6 Março 1996).

Recursos turísticos e potencial de atratividade de Alcochete

A crescente procura de produtos "naturais" e atividades de lazer em espaço rural e a valorização da tradição e genuinidade terá que ser acompanhada **por uma qualificação da oferta turística que num território como Alcochete, com efetivas potencialidades, assume-se como um fator crítico de sucesso na dinamização económica e social do concelho**. Neste sentido, além da aposta na qualidade dos estabelecimentos hoteleiros existentes (Quadro 2) e na qualidade do serviço prestado, existem "em carteira" um conjunto de projetos de natureza turística (

Quadro 3) e alguns deles vão revitalizar espaços devolutos do concelho.

Quadro 2 - Oferta hoteleira existente

Designação (a rever)	Capacidade
Hotel Al-Foz	REVER
Barroca D'Alva Hotel Rural	
Turismo de Habitação Quinta da Praia das Fontes	
Centro de Estágio/Albergue da Juventude	
Pensão Alfredo	
Residencial Casablanca	
Apartamentos Gouveia	
Paixão do Tejo T1	
Paixão do Tejo T2	

Fonte: Turismo de Portugal e informação disponibilizada pela CM

Quadro 3 - Oferta hoteleira prevista

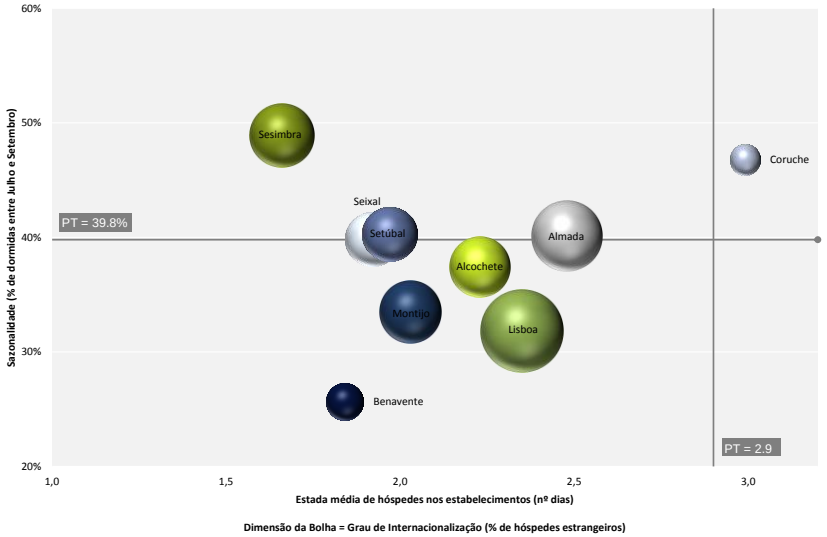
Designação	Classificação	Ano previsto de abertura	Área Prevista
Barroca D'Alva	Hotel (de 5 estrelas)	REVER	REVER
	5 Aldeamentos Turísticos (de 4 e 5 estrelas)		
	Campo de Golfe (18 buracos)		
	Parque Ambiental		
Resort Praia dos Moinhos	Aparthotel		
	Moradias Turísticas		
Núcleo Turístico de Rio Frio	Hotel		
	Aldeamento Turístico		
Libertas	Hotel		
	Aparthotel		

Fonte: Turismo de Portugal e informação disponibilizada pela CM

O **mercado do Turismo nesta região está ainda muito vocacionado para as "short-breaks"** - a estada média por hóspede não vai além dos 2,2 dias, ficando aquém da média nacional (2,9 dias) – e com uma **significativa sazonalidade**, muito concentrada nos meses de Verão, principalmente nos concelhos de Almada, Sesimbra, Setúbal e Coruche.

O concelho de Lisboa é o único que supera a média nacional no que respeita ao grau de internacionalização (de 73,5%), como corolário da crescente afirmação da cidade de Lisboa enquanto destino internacional, ao passo que no **concelho de Alcochete** a proporção de hóspedes estrangeiros no total de hóspedes registados não ultrapassa os 39%.

Gráfico 6 - Tempo médio de estada e Sazonalidade, 2013



Nota: Não há dados relativos aos concelhos do Barreiro, Moita e Palmela. A sazonalidade no seixal é com base nos valores de 2007 (últimos disponíveis)

Fonte: INE, I.P., Anuário Estatístico, Portugal, 2013

Globalmente, é preciso ter em atenção a dependência de um conjunto reduzido de mercados emissores e a subida muito lenta da estada média, que indicia a debilidade de articulação entre os diferentes fatores de atratividade dos concelhos que poderiam, no seu conjunto, justificar uma estadia mais prolongada e, simultaneamente, aumentar a atratividade e potenciar o turismo internacional destas regiões.

Figura 10 - Principais recursos turísticos de Alcochete

Alcochete é um concelho com uma **identidade cultural que assenta, maioritariamente, na afirmação das suas origens históricas e nas suas tradições de cariz tauromáquico**. As festas que se realizam ao longo do ano, como por exemplo as Festas de São João Baptista, as Festas de Confraternização Camponesa, as Festas Populares de Samouco e o Círio dos Marítimos de Alcochete, indicam uma forte preservação das tradições locais e das próprias origens rurais, seja através de manifestações religiosas, de procissões, de romarias, como através das tradicionais largadas de toiros, de arraiais e bailes populares, do folclore e da música tradicional. Existem ainda outras iniciativas culturais de promoção do comércio local, da gastronomia e do artesanato regional, de que são exemplos:

- **Jardim D'Arte**: promoção do artesanato e doçaria regional numa mostra com venda de produtos, apresentados pelos próprios criadores, onde demonstraram ao vivo o seu trabalho a todos quantos visitam Alcochete;
- **Alcofeira**: promoção do comércio tradicional onde o centro de Alcochete se transforma num centro comercial, cheio de cor, vida e alegria e animado por uma programação cultural durante o evento;
- **Julho Mais Quente**: programa de animação cultural que desde 2006 transforma as ruas e largos da Vila de Alcochete em autênticos palcos de arte com o objetivo de dinamizar os espaços públicos e promover o acesso à cultura e a diversas manifestações artísticas como o teatro e a música;
- **Concurso de gastronomia**: promoção da restauração local e da gastronomia regional, uma gastronomia bastante rica e diversificada, complementada com alguma doçaria regional, da qual se destacam as famosas fogaças – que segundo a lenda "nasceu" há mais de 500 anos pelas mãos dos barqueiros de Alcochete que, em plena tempestade no alto mar, foram salvos pela Nossa Senhora da Atalaia - e o arroz doce branco - outrora oferecido em vésperas de casamento onde quanto maior fosse a travessa, maior era o grau de importância do convidado.

A tauromaquia é a arte que melhor reflete a identidade Alcochetana! Os cavaleiros, campinos e forcados continuam na memória coletiva deste povo que se revê na bravura do Grupo de Forcados Amadores do Aposento do Barrete Verde e do Grupo de Forcados Amadores de Alcochete. A "*afficcion*" destas gentes traduz-se na forma como exaltam a verdadeira essência da Festa Brava, bem como as figuras que personificam a identidade tauromáquica. A paixão e cultura tauromáquica são transmitidas a todos os que visitam Alcochete em momentos festivos como as Festas do Barrete Verde e das Salinas, nas Festas Populares do Samouco e nas Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco.

Caixa 17 – As Festas do Barrete Verde e das Salinas

Com mais de 60 anos de história, as Festas do Barrete Verde e das Salinas representam o que de mais genuíno e verdadeiro os Alcochetanos têm para oferecer. O segundo fim-de-semana de Agosto marca o início de umas festas reconhecidas nacionalmente pelo seu carisma e tradição tauromáquica.

Um dos aspetos mais importantes e característicos destas festas reside no gosto da população local pela festa brava, pelas largadas de toiros nas ruas e pelas corridas de toiros na emblemática Praça de Toiros de Alcochete, que constituem uma afirmação da sua identidade cultural.

As festividades preservam na sua génese um culto religioso, também muito vincado nas gentes de Alcochete, e uma grande paixão pela tauromaquia, consolidada na homenagem a três figuras ímpares da tradição local: o Campino, o Forcado e o Salineiro.

Um dos momentos altos é a Noite da Sardinha Assada, durante a qual seguem alegremente atrás da Charanga milhares de pessoas que enchem de vida as ruas da Vila de Alcochete. A procissão por Terra e por Mar é uma das mais intensas manifestações religiosas do concelho, reflexo da fé de um povo que teve, no passado, no rio o seu modo de sustento. Por esta ocasião, a embarcação Alcatejo é enfeitada a rigor e protagoniza este momento alto das festividades – a Procissão por Mar e Terra em Honra de Nossa Senhora da Vida.

As tradicionais largadas de toiros são outra componente da festa, a par com as corridas de toiros, os espetáculos musicais, as exposições e atividades desportivas que integram o programa.

Ordenamento e valorização territorial

A estrutura de ordenamento territorial do concelho de Alcochete encontra-se definida em função de um conjunto alargado de instrumentos de gestão territorial, de carácter municipal e especial, que promovem o correto ordenamento dos usos e das funções urbanas sobre um território que possui traços de matriz rural e urbana.

A heterogeneidade paisagística e ambiental que caracteriza o concelho, os valores naturais e patrimoniais presentes, bem como os múltiplos projetos e desafios que se colocam ao concelho e respetiva área de polarização, reforçaram a necessidade de, ao longo dos últimos anos, o executivo camarário ter desenvolvido um conjunto significativo de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) que permitissem planear de forma sustentada e realista o uso, a ocupação e a transformação do solo (Caixa 18).

Com efeito, **a integração de Alcochete na área metropolitana mais dinâmica do sistema urbano nacional**, induz um conjunto de preocupações em termos da salvaguarda e proteção e na programação de espaços específicos, tendo em vista o acolhimento de funções concretas que ao longo do tempo terão de se fixar na Península de Setúbal, em especial atendendo ao reforço de um conjunto de dinâmicas demográficas e urbanísticas provocadas pelo desenvolvimento de projetos de escala regional e nacional.

Atendendo ao Plano **Diretor Municipal de Alcochete (PDM)** (RCM n.º 141/97, de 17 de Julho), instrumento que se encontra em fase de revisão, verifica-se que a estrutura de ordenamento municipal se articula em função do seguinte esquema de zonamento, a saber:

Figura 11 - Estrutura de ordenamento do PDM

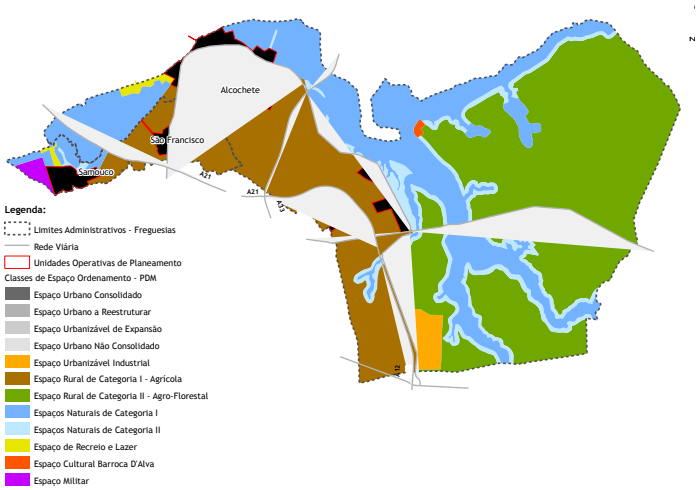
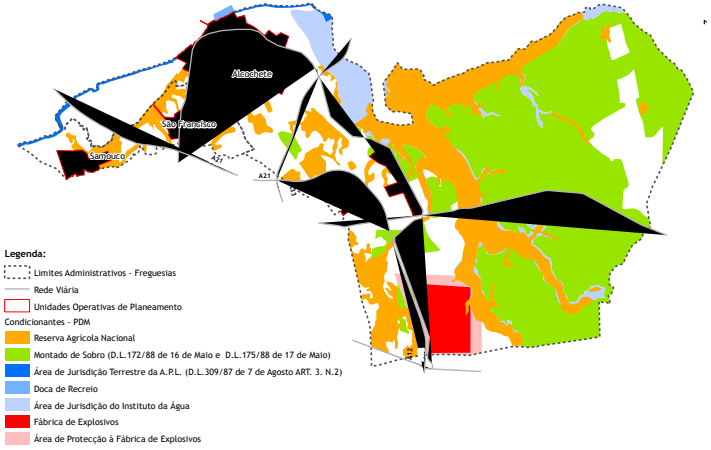


Figura 12 - Estrutura de condicionantes do PDM



- As classes de espaço que assumem maior expressão são o **Espaços Rurais e os Espaços Naturais**, totalizando cerca de **90%** da estrutura municipal de ordenamento. Estes valores reforçam a ideia, já referida anteriormente, de que Alcochete possui uma matriz territorial em que o peso do solo rural é bastante expressivo e ao qual se interligam um conjunto de áreas naturais bastante sensíveis e sobre as quais recaem imperativos de ordenamento do território;

- Complementarmente, destacam-se os espaços de génese marcadamente urbana, onde se incluem um conjunto de classes de espaço, como o **Espaço Urbano e o Espaço Urbanizável** de Expansão que totaliza cerca de **9%** da estrutura municipal de ordenamento;

- No que se reporta à distribuição espacial desta estrutura pelas três freguesias (Alcochete, Samouco e São Francisco), verifica-se que **é em Alcochete que se concentram a maior parte dos usos e funções**, sendo de destacar a **concentração de solo urbano** para as mais variadas vocações (por exemplo os espaço para fins habitacionais, cultural, recreio e lazer e para acolhimento empresarial), não obstante a existência de bolsas de solo para esses fins nas restantes freguesias, embora, com menor peso;

- Por último, no que concerne às **Unidades Operativas de Planeamento (UOP)** verifica-se que a estrutura de ordenamento contempla cinco áreas específicas (Alcochete, Samouco, São Francisco, Passil e Fonte da Senhora), para as quais se encontram definidas orientações e medidas no sentido de serem desenvolvidos IGT.

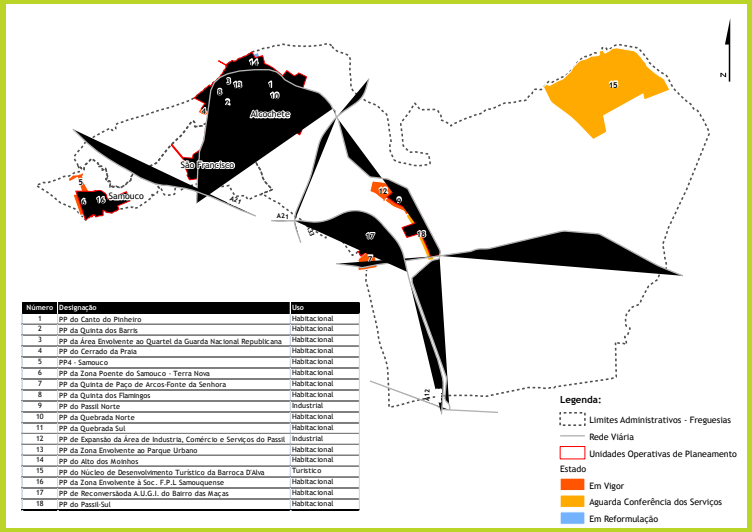
Já no que se refere às **restrições de uso do solo patentes na carta de condicionantes do PDM** de Alcochete, importa destacar a condicionante

que maior expressão assume na estrutura municipal e que corresponde às **Áreas de Montado de Sobro, a que equivale cerca de 48%** das condicionantes existentes, sendo ainda de destacar as áreas afetas ao regime específico da **Reserva Agrícola Nacional onde se integram cerca de 25%** da estrutura de condicionantes.

Caixa 18 - Instrumentos de Gestão Territorial

Tendo presente o papel fundamental que o PDM de Alcochete exerce no domínio do ordenamento dos usos e funções em todo o território concelhio, constata-se que o executivo municipal tem vindo a desenvolver um conjunto de investimentos essenciais, no sentido de dotar o território de Planos Pormenor (PP), tendo em vista promover a estruturação e a qualificação dos espaços urbanos e urbanizáveis, permitindo aos aglomerados crescer de forma estruturada e ordenada.

Figura 13 - Planos de Pormenor



Número	Designação	Uso
1	PP do Canto do Pinheiro	Habitacional
2	PP da Quinta dos Barris	Habitacional
3	PP da Área Envolvente ao Quartel da Guarda Nacional Republicana	Habitacional
4	PP do Cerrado da Prata	Habitacional
5	PP4 - Samouco	Habitacional
6	PP da Zona Poente do Samouco - Terra Nova	Habitacional
7	PP da Quinta de Paço de Arcos-Fonte da Senhora	Habitacional
8	PP da Quinta dos Flamingos	Habitacional
9	PP do Passil Norte	Industrial
10	PP da Quebrada Norte	Habitacional
11	PP da Quebrada Sul	Habitacional
12	PP de Expansão da Área de Industria, Comércio e Serviços do Passil	Industrial
13	PP da Zona Envolvente ao Parque Urbano	Habitacional
14	PP do Alto dos Moinhos	Habitacional
15	PP do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca D'Alva	Turístico
16	PP da Zona Envolvente à Soc. F.P.L Samouquense	Habitacional
17	PP de Reconversãoda A.U.G.I. do Bairro das Maçaz	Habitacional
18	PP do Passil-Sul	Habitacional

Neste sentido, o concelho possui hoje um conjunto de 18 Planos de Pormenor que totalizam uma área de cerca de 700 hectares, projetados para sectores distintos do território (aglomerados ribeirinhos, aglomerados do interior, áreas de génese turística e espaços de acolhimento industrial e empresarial), estando a esmagadora maioria em vigor e/ou a aguardar conferência de serviços (12 em situação eficaz, 2 em reformulação e 4 a aguardar conferência de serviços).

Do ponto de vista dos usos dominantes previstos constata-se que estes instrumentos se encontram direcionados para os usos ligados com a componente habitacional, turística, empresarial e industrial.

Globalmente, importa referir que estes instrumentos contemplam a criação de 5.152 fogos, cerca de 188.200 m^2 de espaços verdes e cerca de 200.000 m^2 de equipamentos coletivos.

Do ponto de vista biofísico, importa destacar o facto do concelho de Alcochete se encontrar abrangido pelo Estuário do Tejo que se constitui como **a zona húmida de maior dimensão do território nacional**, ocupando uma área de 32.500 hectares que se estende desde Vila Franca de Xira à foz do rio Tejo. Com efeito, uma parte significativa do território Concelhio encontra-se afeto a superfícies de sapal e prados de lezíria que se encontram periodicamente alagados.

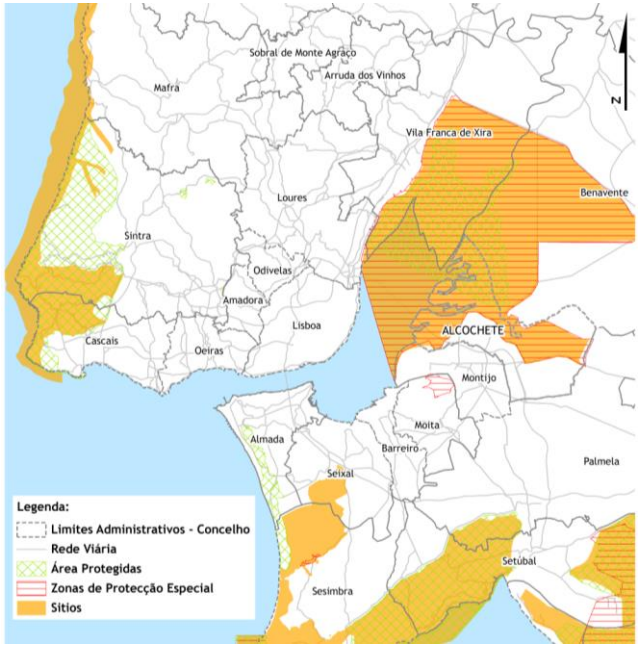
Este ecossistema complexo faz de Alcochete um **território bastante rico e valorizado do ponto de vista da biodiversidade**. Ao longo de todo o território é possível observar uma apreciável **diversidade de *habitats* e espécies**, essencialmente de aves aquáticas invernantes que ocorrem com regularidade a este território durante as épocas de reprodução [4], invernada[5] e passagem[6]. No que se refere à fauna, verifica-se que no

[4] Garça-vermelha, perna-longa e perdiz-do-mar.

[5] Alfaiate, maçarico de-bico-direito, tarambola-cinzenta, pato-trombeteiro, perna-vermelha, garça-branca-pequena, ganso comum, marrequinha, pilrito-comum e piadeira.

estuário do Tejo existem 35 espécies de mamíferos, 194 espécies de aves com presença regular, além de 9 espécies de répteis e 11 de anfíbios. Existem ainda referências relativamente à ocorrência de 101 espécies de peixes no estuário.

Figura 14 - Diretrizes de conservação da natureza



Tendo presente os valores naturais identificados, a área correspondente ao Estuário do Tejo possui um **conjunto de diretrizes** com diversos níveis de conservação e proteção da natureza enquadrados no âmbito da legislação nacional e internacional. Conforme é possível aferir pela Figura 14, o território de Alcochete encontra-se afeto à **Reserva Natural do Estuário do Tejo** (DL n.º 5675/78, de 19 de Julho), à **Zona de Proteção Especial (ZPE) para Aves Selvagens** (DL n.º 280/94, de 5 de Novembro) e ao **Sítio "Estuário do Tejo"** (RCM n.º 142/97, de 28 de Agosto). De assinalar que os dois últimos enquadram-se no âmbito da Rede Natura 2000.

Caixa 19 - Outros valores ambientais e paisagísticos de referência

Os valores naturais de Alcochete não se esgotam com o espelho de água do Estuário do Tejo e respetivas áreas adjacentes. Existe um conjunto de elementos naturais de referência, inseridos em contextos paisagísticos distintos do concelho (frente ribeirinha e interior) que reforçam e estimulam o potencial que Alcochete detém do ponto de vista do desenvolvimento turístico, ambiental e patrimonial.

Áreas de Montado - Conforme é possível aferir pela estrutura de ordenamento e de condicionantes, as Áreas de Montado possuem um peso relevante na estrutura espacial de Alcochete, nomeadamente na vertente Este do concelho. Para além deste sistema contribuir para a valorização e equilíbrio do ecossistema, verifica-se que constitui uma importante atividade económica, atendendo à exploração da cortiça que se constitui como um recurso com elevado potencial de exportação.

Salinas - Constituem-se como um exemplo vivo daquela que foi, durante muito tempo, a principal atividade económica de Alcochete – a Salicultura. Depois de extraído dos enormes tanques, ainda visíveis no Estuário do Tejo, o sal era, posteriormente, transportado para o cais de Lisboa e exportado para o estrangeiro. Neste contexto, importa destacar o complexo de salinas de Samouco, constituído por uma área de 410 hectares, que é ainda um importante local de refúgio e nidificação para espécies como a chilreta, o pernilongo e borrelho-de-coleira-interrompida.

Sapais - Constituem-se como sistemas de elevado valor ambiental e biológico, essencialmente para a Avifauna que procura estes locais enquanto zonas por excelência de alimento, nidificação e pouso. No caso particular de Alcochete, os

[6] Flamingo e maçarico-de-bico-direito.

sapais possuem particular expressão na estrutura espacial, atendendo a toda a vertente Norte do concelho que se encontra afeta a esta ocorrência ambiental, efetuando a transição entre a parte terrestre e o estuário.

Arrozais - Têm vindo a ser utilizados como *habitat* de substituição das salinas por estas estarem gradualmente a desaparecer por abandono da atividade da Salicultura. As áreas de cultivo de arroz, com o seu ciclo anual de inundações, introduzem extensas zonas húmidas interligadas por canais de abastecimento de água.

Dinâmica urbanística e modelo residencial

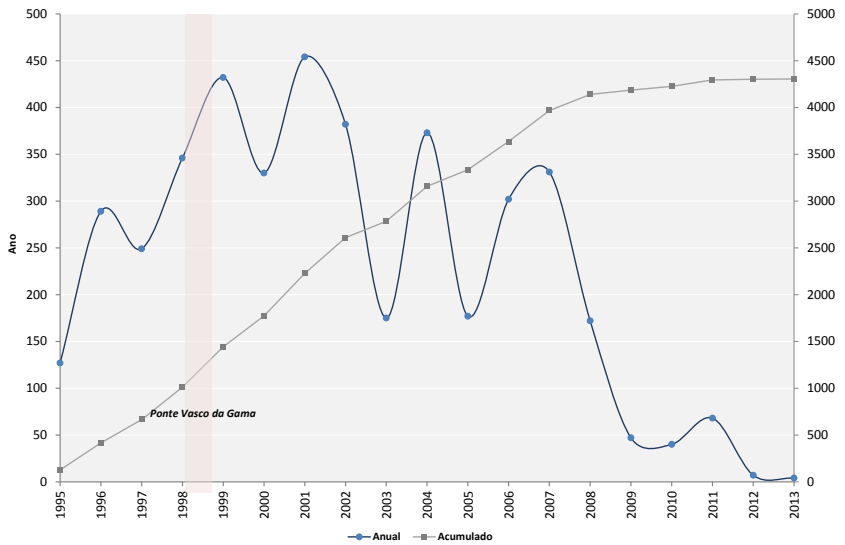
A dinâmica urbanística da Península de Setúbal é marcada fundamentalmente por dois ciclos que tiveram efeitos expressivos nas lógicas de ocupação e transformação do solo em vários concelhos da Margem Sul. O primeiro ciclo configura-se com a **construção da primeira travessia rodoviária do rio Tejo (Ponte 25 de Abril)**, o que potenciou o **crescimento exponencial e acelerado dos perímetros urbanos e o reforço do fenómeno da edificação difusa**, particularmente sentida nos concelhos de Almada, Barreiro e Seixal, face ao efeito polarizador e catalisador da cidade de Lisboa. **Especificamente no que se reporta ao concelho de Alcochete, os efeitos desta infraestrutura não foram marcantes no crescimento da dimensão urbana**, tendo os aglomerados conservado a sua estrutura e tipicidade, não obstante o desenvolvimento pontual de alguns espaços de vocação residencial e industrial.

O **segundo ciclo**, com resultados visíveis a partir da segunda metade da década de 90 e que foi particularmente sentido em Alcochete, **resulta da construção da Ponte Vasco da Gama**. Com efeito, esta infraestrutura de conectividade regional, conferiu um novo posicionamento geoestratégico a Alcochete no contexto alargado da AML, tendo desencadeado o **aumento da dinâmica do licenciamento urbanístico e a consequente expansão da rede de infraestruturas e equipamentos coletivos** sobre um conjunto de bolsas de solos de matriz rural.

Em termos de futuro, Alcochete ir-se-á defrontar com um conjunto de outros desafios, de escala regional/nacional, que terão efeitos inegáveis no ordenamento do sistema urbano e das atividades na Península de Setúbal. A construção do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), a Plataforma Logística do Poceirão, o Projeto do Arco Ribeirinho Sul (ARS) e a implementação da Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS) são projetos que terão efeitos diretos sobre a evolução da rede urbana, respetivos usos e funções, e o surgimento de novas centralidades.

Através da leitura do Gráfico 7 pode-se aferir que **Alcochete, nomeadamente a partir do ano de 1995, enfrenta um novo ciclo de crescimento**. O licenciamento urbanístico aumentou de forma expressiva, tendo, entre o ano de 1995 e 2000, sido licenciado cerca de 1.604 fogos para uso habitacional. A estrutura urbana dos aglomerados de Alcochete, São Francisco e Samouco sofreu um crescimento acelerado, dando lugar a novas áreas para fins habitacionais em torno dos perímetros consolidados.

Gráfico 7 - Dinâmica urbanística de Alcochete

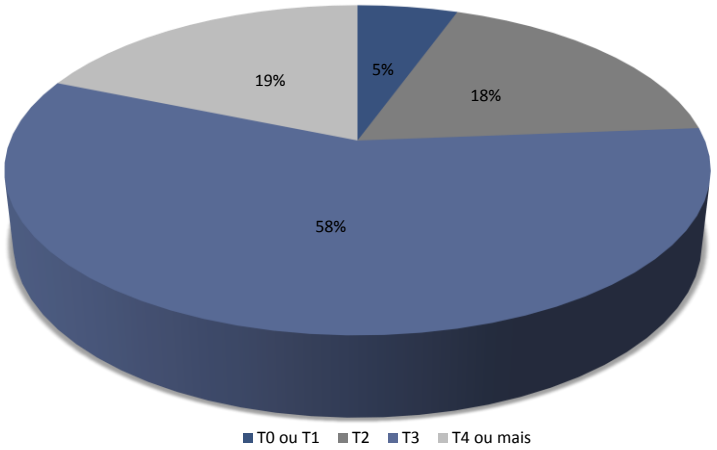


Fonte: INE

Efetuando uma análise mais fina, à escala da freguesia, verifica-se que é em Alcochete onde, ao longo dos últimos anos, tem recaído a maior parte do licenciamento urbanístico emitido pela Autarquia (entre os anos de 1999 e 2009), **captando cerca de 68% do total de licenças emitidas**. De seguida encontram-se as freguesias de São Francisco e Samouco, com 22% e 10%, respetivamente.

No que concerne às tipologias de edificado, constata-se que o modelo habitacional que tem vindo a ser desenvolvido encontra-se direcionado, no essencial, para a lógica familiar, onde **predomina a tipologia T3** (cerca de 55% dos fogos licenciados) e onde a tipologia T1 e T2 correspondem apenas a cerca de 30% dos fogos licenciados. No que concerne ao modelo arquitetónico constata-se que **a esmagadora maioria das operações urbanísticas desenvolvidas nos últimos anos são de carácter multifamiliar**, atendendo a que cerca de 83% das operações recaem sobre edifícios que possuem entre 3 a 5 pisos.

Gráfico 8 - Tipologia dos edifícios



Fonte: INE

Com efeito, se efetuarmos uma análise aos espaços de cariz urbanizável, que se desenvolvem em redor dos espaços urbanos compactos do concelho, verifica-se que a ocupação assenta, essencialmente, em edifícios com mais de 3 pisos, não obstante a existência de um conjunto significativo de loteamentos e conjuntos habitacionais que se encontram em fase de concretização. Este modelo urbanístico de baixa densidade, assente em habitação unifamiliar (moradia em banda), confere um padrão de baixa densidade que ao longo dos anos tem potenciado o

desenvolvimento da rede de infraestruturas e equipamentos sobre áreas de matriz rural, levando à dispersão do modelo de povoamento que interessa controlar.

Ainda no que corresponde à componente urbanística, interessa referir o esforço que ao longo dos últimos anos tem vindo a ser realizado por parte da Autarquia de Alcochete no sentido de proceder à **estruturação das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)**, como é o caso do Bairro das Maçãs (junto ao perímetro urbano de Fonte da Senhora) e o Bairro do Terroal (no perímetro urbano do Passil).